

SESSÕES DO PLENÁRIO

117ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 29 de novembro de 2016.

PRESIDENTE: DEPUTADO ALEX DA PIATÃ (AD HOC)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Bruno Reis, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Tom Araújo, Vando, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(58)

O Sr. PRESIDENTE (Alex da Piatã):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Alex da Piatã):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Marcell Moraes comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 08 e 09/11/2016.

Do Deputado Paulo Câmera comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões

dos dias 07, 08, 09, 10 e 11/11/2016.

O Sr. PRESIDENTE (Alex da Piatã):- Pequeno Expediente.(**Oradores Inscritos**)

Concedo a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Fabíola Mansur pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Sr. Presidente Deputado Alex da Piatã, nobres colegas, membros das Galerias, quero inicialmente, saudar todos os servidores da Embasa, da CERB, que nos honram com suas presenças, dizendo que esta deputada é solidária, e também a todos os sindicalistas do Sindae, ao pleito que vocês trazem. Como médica, sabemos que defender a água é defender a vida, porque água é vida. Sabemos dos problemas da nossa Bahia em abastecimento, em esgotamento sanitário, e a solução, certamente não passa por esse projeto e não passa por um projeto, deputado Sandro Régis, que precisa ser debatido com os servidores, com os baianos, com os deputados desta Casa.

Estamos encaminhando ao Líder do Governo a retirada do projeto para a votação para que possamos, com seriedade, avaliar todos os benefícios, mas, sobretudo, todos os riscos de empresas sérias como a CERB e a Embasa podem advir desse projeto que ora tramita.

Nesse momento difícil nos solidarizamos com as famílias brasileiras catarinenses pela tragédia que vitimou todo um time de futebol. Eu que sou amante do esporte, deputado Alex da Piatã, sabemos o que isso significa, o quanto ficamos tristes e o quanto rezamos pela recuperação, pelo menos, daqueles poucos que ali ficaram, e rezamos também por essas famílias, que Deus dê paciência para assumir e para tentar com essa tragédia que é insuperável, pelo menos, acalantar o coração.

O que me traz aqui também, além dessa solidariedade que fiz questão de dizer, quero saudar o vereador Gilmar Santiago, meu Líder da Câmara, fui vereadora em Salvador e sabemos da sua batalha à frente da causa; o vereador Hilton Coelho, que também está aí em algum lugar, dizer que vamos debater, vamos dialogar porque temos o mesmo lado e temos que encontrar as saídas, certamente o governador tem que ser sensível ao debate, e precisamos começar esse debate.

Acho que a democracia é isso, são pontos opostos, estamos aqui para isso, para ouvir, para colocar nossos pontos de vistas e para mudar projetos, para aperfeiçoar projetos. Já tivemos aqui projetos da Conder, eu e a deputada Maria del Carmen conseguimos melhorias, enfim, isso é uma coisa para debater. Certamente, não dá para votar um projeto como esse em regime de urgência urgentíssima, e não contem com essa deputada, que é da base do governo Rui Costa, para votar sem o debate com vocês.

Quero aproveitar também, e hoje estivemos com uma comissão de delegados da Polícia Civil, concursados de 2013, para pedir junto ao secretário Góes a convocação do excedente que está aí num quantitativo de 15, que consideramos poucos pela alta demanda por delegados. Temos 102 municípios sem delegado titular. O secretário Góes nos recebeu muito bem, já chamou os primeiros 35, faltam só 23 para serem

chamados, e acreditamos que até o início de fevereiro o governador Rui Costa, que já se comprometeu, possa chamar. Quero já de antemão, não só pedir que um delegado vá pelo menos para cada um desses municípios, mas falar dos municípios que estamos defendendo: Guaratinga, Uibaí, Mulungu do Morro, Laje e Ichu. Nesses municípios, não há delegados de polícia e, assim, eles podem ser contemplados com a nomeação de seus delegados de Polícia Civil.

Quero pedir, a todos trabalhadores dos gabinetes e aos servidores das entidades Assembleia Legislativa, CERB e Embasa, uma doação de sangue ao Hemóvel instalado nesta Casa. O Estado da Bahia vive a calamidade com a ausência de bolsas de sangue para as pessoas mais necessitadas. Uma bolsa de sangue salva, até, quatro vidas. Sabemos das dificuldades que os doadores têm para se dirigirem ao Hemoba. Então, por iniciativa desta deputada, trouxemos a unidade do Hemoba até aqui, durante dois dias, para realizar as coletas.

Quero agradecer à equipe do Hemoba, pois há mais de 10 pessoas aqui presentes que estão trabalhando na referida coleta. Deputado Alex, V.Ex^a, como presidente da Comissão de Saúde, sabe das dificuldades para se coletar sangue. E, pasmem, nós já tivemos, somente hoje, durante a parte da manhã, 37 bolsas como doações de sangue. Isso mostra um índice, extremamente, elevado de doações e, sobretudo, um baixo índice de inaptos para a doação.

Estão todos de parabéns!

O dia 25 de novembro já passou, mas esse é o Dia Nacional do Doador Voluntário de Sangue. Comemoramos esse dia, aqui na Assembleia, ao trazer o Hemoba Móvel.

Parabéns ao presidente, deputado Marcelo Nilo, ao Hemóvel e ao secretário Fábio Vilas-Boas.

Quero convidar todos para doar sangue, pois isso é um gesto de amor.

Contem comigo para defender esta causa.

Um grande abraço para todos vocês. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Alex da Piatã):- Muito obrigado, deputada Fabíola. Parabéns pela iniciativa.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex da Piatã):- Quero cumprimentar, também, os servidores das entidades Embasa, CERB e todos aqueles ocupantes das Galerias Paulo Jackson. Sejam bem-vindos a esta Casa do Povo. Esta Casa é de vocês. (Palmas)

Ontem à noite, dormi alegre com a vitória do Vitória sobre o Coritiba.

No entanto, hoje pela manhã, amanhecemos tristes. Toda esta Casa, também, está triste.

Por isso, agora, queremos convocar todos os servidores, a imprensa, os colegas deputados, enfim, todos os que aqui se encontram para prestarmos uma homenagem

em solidariedade ao acidente aéreo que causou as mortes dos jogadores da Associação Chapecoense de Futebol e demais vítimas.

Solicito a todos permanecerem em pé, a fim de fazermos um minuto de silêncio.

(Faz-se um minuto de silêncio em Plenário.)

Agradeço a todos.

O Sr. PRESIDENTE (Alex da Piatã):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. **CARLOS GEILSON**:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, alguém gritou ali: “A favor ou contra?” A Oposição, sempre, é a favor do povo e, sempre, contra ao que for contrário aos interesses do povo da Bahia. Esta tem sido a marca da Oposição nesta Casa, capitaneada pelo nosso querido deputado e Líder Sandro Régis.

Mas, queridos amigos, queridas amigas, telespectadores do canal *TV Assembleia*, ontem, nós vivenciamos, como falou há pouco o deputado Alex da Piatã, uma noite muito especial no futebol baiano com a vitória do Vitória contra o Coritiba, pois foi um passo importante para a manutenção do nosso clube na primeira divisão do Campeonato Brasileiro de Futebol. Então, todos nós, amantes do futebol e especialmente torcedores do Vitória, até, demoramos a dormir tal a adrenalina do jogo.

Mas, meu querido deputado Givaldo, Gika Lopes, pela manhã, fomos tomados pela tristeza e pela dor com o ocorrido ao time da Associação Chapecoense de Futebol, mais conhecido somente como Chapecoense. Tal triste fato enluta a todos nós. Não poderíamos deixar, neste momento, em nosso pronunciamento, de prestar solidariedade ao povo da cidade de Chapecó e, também, aos seus familiares. Afirmo que o futebol mundial está de luto com esta tragédia.

Havia muitos jovens jogadores e alguns jogadores já consagrados que já passaram pelo futebol da Bahia também como Cléber Santana, Ananias, Artur Maia, Sérgio Manuel, cuja família é daqui da Bahia, além do técnico Caio Júnior que foi treinador do Vitória e montou aquela equipe fantástica em 2013.

E, de repente, um time de futebol, depois da proeza de chegar à final contra o São Lourenço, embarca com muita alegria e com o sonho de trazer um título importante para o futebol brasileiro como o de campeão sul-americano. E, aí, acontece esta tragédia.

Confesso aos senhores e confesso as senhoras. Quando tomei conhecimento da notícia, o meu dia mudou totalmente, pois, até em meu programa de rádio, fiquei sem condições emocionais de fazê-lo. Fiz, apenas, um breve comentário ao emitir a minha opinião de dor e de sofrimento. Creio que todos nós, envolvidos no futebol, tivemos o nosso coração partido. A dor é intensa e, também, é tamanha.

Contudo, há a nossa solidariedade aos cronistas esportivos. Eu sou radialista há quase 40 anos. Fui cronista esportivo. Sei, perfeitamente, como são as viagens intermináveis de carro particular ou ônibus ou avião. São viagens longas. Os profissionais jornalísticos levam, ao seu público ouvinte, a narração de gols, relatos,

com repórteres de pista, comentaristas, técnicos, etc. Essas viagens são o resultado da crônica esportiva no Brasil e, especialmente, na cidade de Chapecó.

A todos, a nossa solidariedade.

Bem, dentre as vítimas, há o jogador profissional Mário Sérgio que passou, na Bahia, como jogador pelo Vitória e, posteriormente, como técnico também do Vitória e, atualmente, era comentarista esportivo que se foi nesta tragédia.

Quando da primeira vez que fui ao então Estádio da Fonte Nova, eu tinha cerca de 13 anos de idade. Mário Sérgio era jogador do Vitória. E, neste meu primeiro jogo, o Vitória venceu o Bahia por 1 x 0. O gol foi de Mário Sérgio que era um jogador fantástico e, depois, se tornou técnico e comentarista. Esse, também, se foi e deixou uma saudade muito grande.

Enlutadas estão a crônica esportiva do Brasil e o futebol brasileiro.

Em um gesto muito interessante, o Club Atlético Nacional da Colômbia defende que o título seja entregue a Chapecoense, porque não há como disputar essa partida pelas condições emocionais. Em outro gesto de solidariedade, a rodada do Campeonato Brasileiro de Futebol do próximo domingo foi adiada e foi adiado, também, o jogo de amanhã envolvendo o Grêmio e o Atlético Mineiro pela Copa do Brasil.

Eu, sincera e honestamente, não poderia falar outra coisa aqui neste pronunciamento. Obviamente, teremos muitas coisas para abordar ao longo desta sessão. Mas gostaria de dizer da solidariedade do povo baiano ao povo catarinense, especialmente, à cidade de Chapecó.

Um beijo no coração de cada uma das famílias dos jogadores, da comissão técnica, dos dirigentes e, também, dos queridos colegas cronistas esportivos.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o nosso Líder da Minoria...

O Sr. Sandro Régis:- Que será Maioria rapidamente, Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Isso vai demorar bastante a acontecer.

Com a palavra o deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Galerias Paulo Jackson, subo a esta tribuna, primeiro, para dizer do papel da Oposição na questão deste projeto que envolve as entidades CERB e Embasa. Este projeto veio a Plenário na terça-feira passada. E o deputado Luciano Ribeiro, Vice-Líder da Oposição, pediu vista para este projeto não ser votado naquele dia. (Palmas)

Estivemos junto ao deputado Zé Neto agora e dissemos a ele que não havia condições desta Casa votar um projeto que mudará a estrutura e a vida de milhares de servidores estaduais. (Palmas) Propus um acordo ao deputado Zé Neto. A proposta foi a de que este projeto seja retirado da pauta de hoje, com o intuito de voltar às

discussões junto a todas aquelas pessoas que serão afetadas com este projeto a ser votado.

Por fim, propusemos o seguinte: que esta Casa só traga, a este Plenário, um projeto desta monta depois de ter sido, devidamente, debatido e amadurecido por todos os que serão envolvidos na aprovação ou não do projeto.

O deputado Zé Neto concordou.

O projeto tem o objetivo de adequar a estrutura e o funcionamento da Bahiainveste – Empresa Baiana de Ativos S.A. – e não será votado hoje. Por acordo das Lideranças, este projeto sai da pauta para que esta Casa não tome atitudes açodadas como as atitudes que vêm tomando em diversos outros projetos anteriores.

Muitas vezes, as pessoas não compreendem quando fazermos esta afirmativa: “O projeto é bom, mas vamos votar contra devido à urgência.” É por causa disso. Esta Casa tem de ter a responsabilidade em proceder ao seu voto. Os parlamentares desta Casa têm de ter responsabilidade com o que está votando. Sabemos que o jogo governo e Oposição faz parte do Parlamento. Mas não podemos fechar os olhos para atender ao governo – ou, muitas vezes, porque somos contra o governo – e votar contra ou a favor dando as costas à sociedade. (Palmas) Há coisas e posições que vêm muito acima dos partidos e das posições políticas.

Quero dizer aos senhores, sem nenhum tipo de politicagem, sem nenhum tipo de hipocrisia, que nós, da Bancada da Oposição, desde a chegada deste referido projeto, detectamos que o mesmo traria sérios problemas para os servidores. Aachamos, até, que este projeto é uma forma disfarçada de o governo privatizar a Embasa. (Palmas)

(As Galerias manifestam-se.)

Por isso, amigo Gilmar, mesmo em campos opostos, quero dizer a V.Ex^a que não estamos, aqui, jogando para a plateia, pois estamos, aqui, apenas, sendo coerentes com o que nós temos defendido.

Esta Casa precisa parar de votar urgência!

Esta Casa precisa debater os projetos!

Sabemos que o governo tem de defender o governo. A Oposição tem de fazer o seu papel. Porém, muitas vezes, a nossa responsabilidade social vai muito além das questões políticas e dos embates políticos.

Por isso, hoje, fizemos a proposta de adiamento da votação deste projeto ao Líder do Governo e ele aceitou o nosso pedido. A proposta é não votar este projeto hoje para que ocorram audiências públicas, a fim de que o projeto seja debatido e ajustado com o intuito de que o mesmo venha a este Plenário maduro para não prejudicar nenhum servidor ou nenhuma empresa estatal.

Também, em nome da Bancada de Oposição, quero prestar a nossa solidariedade à cidade de Chapecó que se abateu por causa do acidente aéreo envolvendo os seus jogadores e mais pessoas da mesma cidade. O mundo esportivo mundial e o nosso País, também, foram abatidos com a maior tragédia aérea por que já passamos.

Quero externar os nossos sentimentos de perda aos irmãos de Chapecó e a todos os familiares, pois, lá, também, nesta tragédia, havia jogadores oriundos de times baianos como o Vitória e o Bahia.

Hoje, o nosso Estado está entristecido e o nosso esporte está de luto.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muitas palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro, de Caculé. Sei que V. Ex^a está triste hoje por causa do falecimento do nosso amigo Arthur Maia, do Vitória, nesse episódio.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa presente, funcionários, as minhas palavras iniciais neste dia não poderiam ser senão aquelas de solidariedade por toda família envolvida nesse trágico acidente. Quando falo toda família, quero dizer todo o Brasil, porque todos estamos consternados por causa disso.

Subo a esta tribuna também para dizer que é bom que estejam presentes aqui os interessados pela Embasa e a CERB, porque estamos cansados de ver esta Casa aprovar sempre em regime de urgência os projetos oriundos do Executivo, que servem exatamente para aprovarmos o que não sabemos que estamos a aprovar.

Terça-feira passada, observamos que no Projeto 22.011 oriundo do Executivo existia uma pegadinha. Talvez o governo, sem querer admitir a palavra privatização, tente privatizar a Embasa com este projeto que está aqui, transferindo as ações da empresa para a Bahiainveste.

Então, pedimos vista dele para podermos buscar esclarecimentos do governo à população baiana e a esta Assembleia dizendo qual é a sua verdadeira intenção.

Não podemos votar este projeto sem que tenhamos a plena consciência, a plena ciência do que se trata. Imagino, de chofre, que seja a privatização da Embasa. É isso que o governo quer e pretende, mas não tem coragem de subir aqui e assumir que está tentando privatizar, dizer quais são as razões e a maneira. Precisamos saber por quê. Está abrindo o capital da empresa, as suas ações e transferindo. Qual o seu objetivo com essa ação?

Nós da Oposição, que somos minoria, só temos o instrumento da obstrução. É isso que estamos fazendo a este projeto. Obstruindo para que ele não seja votado atropeladamente, sem que a população saiba e sem que este Parlamento avalie.

E nos preocupa também o fato de o governo pretender extinguir a CERB. Eu sou do Semiárido baiano e vivo lá, onde fui prefeito por oito anos. Portanto, sei da importância dessa Companhia para a região. Não se pode extinguir um órgão como a CERB sem que se deem respostas, justificativas e sem que se mostre à população baiana qual a razão dessa extinção. Nós do Semiárido, principalmente, precisamos entender.

É certo que no governo que está aí, de uns tempos pra cá, a Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia deixou de ser pujante como era no passado. Ainda assim, ela é essencial, fundamental para o nosso Semiárido, e não se

pode acabar com ela sem justificativa, sem saber o que fazer com os funcionários que lá estão, sem saber o que fazer para poder suprir... Ou farão como nos casos da EBDA, Dires, Direc e do Derba, que simplesmente acabaram sem que trouxessem uma solução para aquelas áreas que esses órgãos representavam?

Nós da Oposição não tivemos nem temos votos suficientes para barrar esses projetos. Entretanto, temos o Regimento Interno e a nossa vontade para obstruir esse projeto e, assim, fazer com que este governo assuma quais são as reais intenções dele com a Embasa e a CERB.

Muito obrigado, senhoras e senhores. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o nobre deputado Hildécio Meireles, presidente da Comissão de Infraestrutura desta Casa.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada Luiza Maia, senhoras e senhores presentes, é preciso, meu caro deputado Sandro Régis, que se estabeleça de uma vez por todas nesta Casa a verdade sobre o comportamento deste governo, que se diz democrático mas, na realidade, não passa de um governo autoritário travestido de democrático. (Palmas)

Aqui, mostrarei essa realidade que vem acontecendo na Bahia ao longo deste tempo. O governo - e aí faço uma crítica os deputados da base governista - de público disse que este é o maior governo que a Bahia já teve. Disse também que a Bahia não tinha estradas asfaltadas e que ele fez o programa mais amplo de recuperação e construção de estradas. Eles próprios ao mesmo tempo se traem, porque apresentam uma relação de dezenas e dezenas de estradas que precisam ser restauradas ou construídas.

O governo fala que as finanças do Estado da Bahia gozam de uma saúde saudável. Provavelmente, se é que gozam mesmo, à custa do sofrimento de toda a sociedade baiana. Está aí a saúde pública capengando, ineficiente, da forma que temos visto, deputado Zé Raimundo, sobretudo no interior baiano, sem falar na falta de segurança pública e nos policiais civis e militares que têm as suas vidas ceifadas. Isso, muitas vezes, por falta de munição nas suas armas.

Na semana passada, em viagem à noite, o carro em que eu estava sofreu uma pedrada. Parei no posto policial para comunicar ao policial. Ele, simplesmente, disse que não poderia ir lá porque só tinha três balas na sua arma. O policial está aí colocando a sua vida em risco porque o governo baiano insiste em não investir na segurança pública, seja aumentando o contingente de policiais, seja criando melhores condições de trabalho para eles. O fato é que a cada dia, a cada semana e a cada mês os índices de violência têm aumentado muito mais aqui na Bahia.

O pior de tudo é este governo, que se diz aberto e democrático, na verdade praticar exatamente o contrário, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas. Tive a oportunidade de conversar com os funcionários da Embasa, que vieram fazer uma denúncia. Esse projeto de lei implica decisões importantes envolvendo o nome da empresa, como falou o deputado Luciano Ribeiro. Nele há até alguns dispositivos legais, que

melhoram, mas é como se fosse uma pegadinha. Isso porque um ou dois destroem completamente a autonomia pública da Embasa, colocando-a sob o risco de privatização.

O pior é que a diretoria da Empresa Baiana de Águas e Saneamento não tem conhecimento disso aqui, assim como o Sindae e os funcionários da Embasa também não. É este o governo que se senta à mesa e debate?! É este o governo que não toma decisões autoritárias?!

Portanto, Sr^{as} e Srs. Deputados, é preciso estabelecer a verdade, é preciso que esse governo assuma o seu perfil e vista a sua roupa de governo autoritário, que não ouve ninguém. Aliás, os baianos querem encontrar aquela Bahia da televisão, a Bahia da propaganda do governo, a Bahia de boa infraestrutura, de boa educação, de boa saúde, de boa segurança pública. A Bahia dos investimentos em infraestrutura que ninguém vê. Só se vê na televisão!

Portanto, quero daqui manifestar, deputado Luciano Ribeiro, V.Ex^a que pediu vista desse projeto de lei, que será uma desmoralização se esta Casa colocá-lo em apreciação sem a discussão, sem o debate mais profundo não só por parte do sindicato, mas sobretudo por parte dos membros da Assembleia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra a deputada Luiza Maia por até 5 minutos.

A Sr^a **LUIZA MAIA**:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores que estão presentes nas Galerias Paulo Jackson, foi lembrado com muita emoção hoje pela manhã, na reunião que tivemos com a Bancada do PT, que ela majoritariamente está do lado de vocês, portanto contra o projeto. E também com muita emoção foi lembrada a luta dela e de vocês igualmente a favor da Embasa.

Quero aqui, companheiros, antes de passar a falar do projeto sobre a Embasa, lamentar a tragédia que aconteceu na Colômbia com o time brasileiro da Chapecoense. Além de registrar a minha dor, a minha tristeza por ver uma tragédia tão horrorosa como esta, quero lembrar que hoje está fazendo 7 dias aquela outra tragédia no município de Camaçari, o incêndio em uma farmácia que matou 10 pessoas. Então, tem sido um mês de notícias muito ruins, mas vamos torcer para que tudo se resolva e não passemos mais por tanta tristeza.

Sobre esse projeto da Embasa, hoje de manhã a gente debateu com o Sindae, e eu, como uma boa sindicalista, deixo registrado nesta tribuna todo o meu apoio e a minha solidariedade à luta de vocês. Lembro que em 1998, quando sofremos a ameaça...

Acho engraçado o discurso da Oposição, esquecendo o seu passado de investir em querer realmente privatizar a Embasa. Nessa época eu era vereadora no meu município, e nós fizemos uma campanha forte. Mandamos pra cá em torno de umas 30 mil ou até mais assinaturas num abaixo-assinado dizendo que discordávamos da privatização.

Continuo discordando da privatização da água. Acho que a Embasa não pode passar por este momento nem por essa reforma. Atendendo aqui, como boa sindicalista que sempre fui, um pedido do Sindae, peço que o governo retire o art. V do projeto. O artigo diz apenas que “Fica o Estado da Bahia autorizado a integralizar o capital da BAHIAINVESTE com até 25% (vinte e cinco por cento) das ações ordinárias e até 25% (vinte e cinco por cento) das ações preferenciais de que é titular na composição acionária da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - EMBASA, bem como com os ativos indicados no Anexo Único.” Essa foi uma sugestão dos diretores, e o diálogo está aberto, graças a Deus!

Fizemos um debate de mais de três horas com a presença do governo e das entidades. Discordo também desta questão de que ninguém do governo assumiu que vai extinguir a CERB. A gente precisa fazer o diálogo. Acho que ele tem de continuar. O nosso Líder não está aqui presente, mas está trabalhando neste sentido.

A minha opinião pessoal já está aqui registrada. Não votarei da forma que está aí e digo-lhes que essa luta é importante e séria. A nossa água é um bem de todos. Neste momento de crise, queria falar em governo ditatorial, estamos vendo o que está acontecendo em Brasília. O nosso governo e o nosso Estado não podem seguir o que tem acontecido lá. O País está passando por momentos de muitas dificuldades e precisamos estar atentos. O trabalhador e o povo mais carente não podem pagar a conta desta crise, temos de fazer uma virada nesse foco, temos de olhar para quem ganhou dinheiro a vida inteira neste Brasil. No momento de crise, no momento de dificuldade, no momento de crise internacional de um sistema podre, que não serve mais para a humanidade, querem jogar a responsabilidade nas costas do povo e do trabalhador.

Por isso, quero deixar registrada a minha luta e a minha disposição. Estou com vocês, com a Embasa, com qualquer outro trabalhador que esteja lutando pela garantia, pela manutenção dos seus direitos. (Palmas)

Uma boa tarde para todos.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra, por até 5 minutos, o deputado Joseildo Ramos.

(Manifestação nas galerias.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Pessoal, só por uma questão de organização, a pessoa pode bater palma, pode fazer tudo. Agora, quando o orador estiver falando lá, a gente dá uma seguradinha. Depois aplaude, se quiser, se não...

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, todos que nos assistem e nos ouvem pela *TV Assembleia*, sejam todos os trabalhadores bem-vindos a esta Casa. Esta Casa, de fato, precisa ser a Casa do Povo. Infelizmente, estas galerias ficam às moscas a maior parte do tempo. Parabéns para vocês! Sejam bem-vindos aqui.

Gostaria de colocar determinadas questões que são cruciais. A Bahia não poderá aceitar nenhum tipo de achaque, nenhum tipo de atitude coercitiva por parte

do governo federal para diminuir o tamanho do estado de bem-estar social. Essa PEC 241, que vem aí para retirar as conquistas que foram estabelecidas na Constituição de 88, não deverá ter vazão no Estado da Bahia, e muito menos transformar água em mercadoria, jamais! (Palmas) Estávamos a conversar com o secretário de Estado da Casa Civil há poucos instantes, por mais de 3 horas...

Quero saudar a direção do Sindae, um sindicato que trabalha na linha da pedagogia cidadã, fazendo política todos os dias e não cuidando tão somente de questões objetivas, salariais, mas olhando de maneira estrutural para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e da Bahia, do povo baiano. Parabéns ao Sindae por sua história de luta! (Palmas)

Sei que estamos vivendo em tempos bicudos, e aqui nesta Casa tem de tudo. Mesmo de dia, os gatos ficam pardos. Alguns com as presenças em galerias, em alguns momentos, acenarão; parte não gosta dos sindicatos. Existem histórias aqui, padrões de posicionamentos que são claros, erguem mandatos, consolidam atitudes, mas, acima de tudo, permeiam uma predileção por um lado. O lado da maioria. É preciso olhar: de noite, os gatos são pardos; de dia, também parecem.

Então, não concordamos com a lei, mesmo que tão somente seja autorizativa. O nosso governo é a folhinha; o Estado da Bahia é o prego.

Os governos de plantão podem utilizar essa lei autorizativa para retirar aquilo com que um estado nordestino, cujo território tem 2/3 de Semiárido, – o Semiárido mais habitado do planeta – não pode brincar: a água. Nós estamos atrasados no saneamento rural da Bahia e só quem pode dar respostas objetivas a isso, nesse momento, é a CERB.

O que nós precisamos, é separar o joio do trigo. A CERB não pode atuar sendo o dispensário de atitudes de alguns parlamentares que, efetivamente, não colocam na pedra de toque aquilo que é a essência do trabalho da CERB. É preciso rever a sua estrutura para melhorar, cuidando daqueles que fazem da CERB uma empresa que é respeitada em todo o País e não vai ser neste momento, que nós vamos tergiversar, para defender a Embasa como empresa pública, a CERB como empresa pública mas, acima de tudo, repito, é preciso separar o joio do trigo, porque aqui, por incrível que pareça, na luz do dia os gatos ficam pardos.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- No horário do grande expediente, eu quero chamar o deputado Bira Corôa, que vai falar por até 25 minutos.

O Sr. **BIRA CORÔA**:- Sr. Presidente, nobre deputado Rosemberg Pinto, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. e Sr^{as} Servidores desta Casa, imprensa e em especial os representantes da Embasa, do Sindae e também da CERB aqui presentes.

Quero, acima de tudo, solidarizar-me com as famílias e os amigos de todas as vítimas dessa tragédia que marca a história do futebol brasileiro e do futebol mundial como o acidente de maior proporção ocorrido e que ceifou mais de 75 vidas de

personalidades do esporte e também da comunicação esportiva do nosso País. Entre elas baianos de nascimento, mas também baianos de adoção como o grande Mario Sérgio, que deu uma contribuição importante para o esporte baiano e, conseqüentemente, como um homem da comunicação representando esse momento. Além do sentimento de pesar que todos nós externamos é bom fazer uma reflexão nas relações internacionais no que tange às questões esportivas.

Segundo informações a Chapecoense exitava em fazer essa viagem tendo que sublocar ou alugar um voo privado na Colômbia e tentou de todas as maneiras fazer essa viagem utilizando uma aeronave nacional em um voo direto, mas tratos entre países não permitiam e, conseqüentemente, submeteu-se ao que estava rejeitando. A contradição vem não como fatalidade, mas vem exatamente no acidente que vítima 81 pessoas, e isso nos remete, também, para uma reflexão.

Quero aproveitar para dizer o quanto simbolizam aqueles que se foram para o mundo esportivo, como uma referência não de pesar apenas, e não de dor, mas também, como uma referência de heróis e heroínas que dedicaram, acima de tudo, a sua vida ao esporte e defenderam até mesmo com a própria vida a importância de se valorizar, respeitar e dignificar o esporte como instrumento importante de cidadania. Por isso, faço também a minha fala em relação ao episódio.

Aproveito também para em igual condição externar os nossos sentimentos e apreço, acima de tudo, e prestar minhas condolências às famílias das vítimas de um trágico acidente ocorrido no meu município, em Camaçari, onde um acidente provocado por uma explosão seguido de incêndio em uma farmácia que ceifou 10 vidas e vitimou 14 pessoas.

Ainda hoje, o município de Camaçari, há praticamente uma semana de luto, é visível o pesar de todos e todas. E isso a gente não pode deixar de pontuar.

Sr. Presidente, também faço uso da palavra, neste momento, para externar o nosso compromisso com a cidadania, a democracia e o fortalecimento dos setores organizados da nossa sociedade. Estou dizendo isso, primeiro, para parabenizar o Sindae, que aqui representa uma luta estratégica importante e de afirmação de programas e projetos não apenas ideológicos, mas de compromisso com a construção de uma sociedade cada vez mais justa, mais igualitária, que é exatamente a defesa da autonomia da Embasa e não a sua privatização.

É importante que a gente diga isso, porque nós que ao longo de muitos anos participamos da história, mesmo a distância, dessa instituição e da luta de homens e mulheres que na condição de servidores públicos se dedicam e se dedicaram a vida inteira em prol de uma sociedade mais justa no nosso Estado.

O trabalho desenvolvido pela Embasa, que é referendado em todas as partes do País, reafirma a necessidade e a importância de se garantir a autonomia dessa instituição. E não é com uma ação de tentativa de abrir portas para facilitar uma possível privatização que iremos, simplesmente, aceitar essa condução.

Estivemos juntos na luta para recolher assinaturas e participamos de vários manifestos e protestos pela Bahia inteira para garantir que a Embasa não fosse

privatizada. E não será agora que iremos ter posição diferente, não é agora que ficaremos contrário a esse processo. (Palmas)

O Sr. Zó:- Deputado Bira, V. Ex^a me concede um aparte?

O Sr. BIRA CORÔA:- Concedo.

Concedo um aparte ao deputado Zó.

O Sr. Zó:- Quero também, neste momento, colocar a minha posição e também a posição do nosso Partido, o PCdoB, porque a luta da água é uma luta mundial, o acesso à água é um dever do Estado e um direito do cidadão, e queremos colocar a nossa posição de um debate mais profundo sobre o uso da água, não a concessão para direitos privados.

Então, estamos também juntos com a sua fala, com essa posição. Não é por apoiarmos o governo que cederemos a uma luta que é nossa, desde quando estamos em todas as lutas deste País, na luta por outros direitos. E, quanto ao direito à água, estamos com a nossa posição formada junto com a sua posição e a de outros companheiros da Base aliada, porque esse projeto da forma como está, cedendo espaço para o capital privado tomar posse de uma coisa que é direito da população, nós estamos juntos e o Sindae de Juazeiro e da Bahia. Podem contar com o voto da nossa Bancada. (Palmas)

O Sr. BIRA CORÔA:- Incorporo o seu adendo, deputado, e quero dizer que assim também reconhecemos a importância da CERB e também não aceitamos qualquer movimentação para extinção da CERB, não apenas como uma empresa pública, mas sim pelo papel social que a CERB desenvolve e representa no Estado da Bahia. Um Estado que tem a maioria do território no Semiárido brasileiro, que, conseqüentemente, mais necessita de intervenção para garantir o direito constitucional de cidadania, de acesso à água, e à água tratada! (Palmas) E é exatamente o Água para Todos, programa que mais elevou o governo de Jaques Wagner, a referência para ser absorvido como um programa do Governo Federal, a partir da presidenta Dilma.

Sem dúvida nenhuma, se não tivesse, posso dizer, a dedicação, o compromisso e o acúmulo de experiência e de conhecimento da CERB, não teríamos tanto sucesso como tivemos. É a CERB que chega lá, nos rincões do nosso Estado, nas regiões mais distantes dos grandes centros, onde está concentrada a maioria da população necessitada, em grande parte, em sua quase totalidade, a população rural. É exatamente a CERB o braço do Estado que chega lá para implementar políticas públicas afirmativas e reparatórias, como o acesso e o direito à água.

Então, sem dúvida alguma, em momento algum nos permitimos abrir debates e discussão sobre a extinção da CERB, temos um posicionamento definido. E quero dizer claramente que fico muito gratificado pela Bancada que represento e da qual participo, porque a nossa Bancada, na primeira hora, se posicionou. Hoje selamos esse compromisso numa reunião de aproximadamente 3 horas, com a presença dos representantes do sindicato, do Sindae, com a participação do Governo e, conseqüentemente, com a nossa Bancada e a presença do presidente do nosso partido, o Partido dos Trabalhadores.

Essa Bancada, mais uma vez, se posicionou de forma muito unificada em defesa da CERB e em defesa da Embasa. Isso demonstra um compromisso, mas, acima de tudo, o respeito e o reconhecimento pela presença e pelo trabalho que tanto a Embasa quanto a CERB desenvolve para o bem-estar da Bahia, e eu não podia deixar de me posicionar.

O Sr. Carlos Geilson:- V. Ex^a me permite um aparte?

O Sr. BIRA CORÔA:- Concedo a palavra ao nobre deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Meu caro deputado Bira Corôa, a Oposição vai votar contra a extinção da CERB e a privatização da Embasa. A Oposição é contra! (Palmas) Há pouco, o nosso Líder Sandro Régis já discursou. Pelas palavras de V.Ex^a, também da deputada Luiza Maia e do deputado Joseildo Ramos, os trabalhadores podem ficar tranquilos, pois a Embasa não será privatizada, e a CERB não será extinta. Se é verdadeiro esse posicionamento da Bancada petista, é melhor o governador retirar esses projetos, (palmas) porque não vai ter voto na Bancada de V.Ex^{as}, do PT, que disseram que são contra a extinção da CERB, e não vai ter a privatização da Embasa.

Então, meu caro deputado Rosemberg Pinto, estou certo no meu pronunciamento, no meu raciocínio? Então tira o projeto e abre uma nova discussão. Obrigado, deputado Bira, pelo aparte.

O Sr. Rosemberg Pinto:- V. Ex^a me permite um aparte?

O Sr. BIRA CORÔA:- Incorporo o seu aparte, deputado.

Concedo um aparte ao deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Meu querido deputado Bira Corôa, o seu pronunciamento vai no sentido do debate que tivemos hoje pela manhã. Quero aqui dizer que, na semana passada, quando esse projeto veio para votação, o deputado Joseildo Ramos e o deputado Zé Raimundo me procuraram imediatamente para falar da dificuldade e do estranhamento ao que compunha a base do projeto. E naquele momento, fizemos uma discussão, e o deputado Luciano Ribeiro pediu vistas. Só quero demonstrar, aqui, que todos estão no mesmo caminho, que foi uma coisa mais ou menos combinada para que pudesse, obviamente, ter um tempo. Tínhamos dúvidas se tiraríamos ou não o projeto.

Não poderia ter vistas porque o projeto estava em caráter de urgência, mas, por acordo do deputado Zé Neto e do deputado Sandro Régis, o presidente aceitou esse acordo e deu vistas ao projeto. Por isso, acho que a Casa aqui está mais ou menos junta para trilhar um único caminho.

Conversamos hoje com o presidente, com a direção do Sindae, com os representantes da CERB e deixamos claro que nenhum de nós, da Bancada, topariamos qualquer tipo de privatização da Embasa. Isso ficou claro na nossa reunião de Bancada, como também não topariamos validar qualquer tipo de processo de extinção da CERB, entendendo que ela não é só uma empresa, é uma instituição que tem um papel social fundamental do ponto de vista do saneamento, da captação dos recursos hídricos, principalmente em locais onde a Embasa não tem capacidade de atuar. Porém, ficou também claro, e deixamos essa nossa impressão para o Sindae e

para a empresa... E aqui, deputado Carlos Geilson, não há no projeto, não existe nesse projeto nenhum pedido de extinção da CERB, não está nesse projeto e não existe na Casa nenhum projeto tramitando e pedindo a extinção da CERB.

Há o debate interno, que os trabalhadores da CERB já sinalizaram, de que é uma questão meramente trabalhista, o que levou a esse debate, e estamos trabalhando no sentido de encontrar um caminho entre o governo do Estado, o Sindae e a CERB para encontrar uma solução que seja boa para as duas partes, para que a CERB continue como empresa e os trabalhadores, obviamente, não venham a sofrer nenhum posicionamento em relação a isso.

Por isso, combinamos que esse projeto seria retirado de pauta, há uma proposta de ter uma reunião amanhã entre o governo do Estado e os representantes do Sindae, obviamente validado por todos nós.

Espero, deputado Bira Corôa, que possamos encontrar a solução, porque a Embasa é uma empresa importante para o Estado, mas é necessário, ela precisa captar investimentos e ter, dentro da sua capacidade de gestão, a possibilidade de atuar de forma a manter o fornecimento de água.

E o grande “pomo de discórdia” que foi colocado lá não é o BahiaInvest. O BahiaInvest já foi aprovado aqui anteriormente. É o Art. 5º, cuja retirada pedimos ao deputado Zé Neto. Pedimos para que, junto ao governo do Estado, ele tente retirar o Art. 5º para que, com isso, pudéssemos votar o BahiaInvest aqui.

O Sr. Tom Araújo:- V. Exª me permite um aparte?

O Sr. BIRA CORÔA:- Incorporo o seu aparte, deputado Rosemberg Pinto.

Concedo o aparte ao deputado Tom Araújo.

O Sr. Tom Araújo:- Quero parabenizar o discurso de V.Exª, deputado Bira Corôa, que deixa esta Casa mais ou menos numa situação confortável, principalmente porque espero que V.Exª, que é do Partido dos Trabalhadores, quando chegar aqui, e espero que assim seja, seja a voz do governo do Estado. A CERB tem uma história. Ao longo do seu tempo, o investimento foi feito principalmente nas áreas mais atingidas pela seca e pelo sofrimento que as pessoas enfrentam na região do Semiárido.

Eu já ouvi dizer o ditado “onde há fumaça há fogo” e espero, inclusive, falando até em nome dos deputados da Oposição, que o Governo não se utilize, posteriormente, do argumento de que a CERB está sucateada, de que não tem nenhum tipo de condição de continuar fazendo serviços que são de prioridade para a região tão sofrida do Semiárido. E nós esperamos até que, diante dessa discussão, haja um comportamento diferente do governo do Estado, e não trate somente da questão da extinção, porque não é nem isso que queremos fazer aqui, porque é um absurdo tratar da extinção da CERB, que é uma questão de vida para os baianos, principalmente para a região do Semiárido.

O papel social e o papel técnico que a CERB desenvolveu ao longo dos tempos só fez contribuir para o engrandecimento deste Estado. A discussão aqui não é de governo A ou B, mas do investimento que foi feito até aqui, o tempo que essa

empresa tem e o que ela já contribuiu para o engrandecimento e para amenizar o sofrimento daqueles que precisam de água. (Palmas)

O Sr. BIRA CORÔA:- Incorporo o seu aparte, deputado Tom.

Com o aparte o deputado Luciano.

O Sr. Bobô:- V. Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Luciano Ribeiro:- Deputado Bira, eu penso que o Parlamento nesse projeto que estamos a apreciar, ele consegue aquilo que é a essência dele, que é a discussão, a construção das políticas públicas. Como eu sou o autor do pedido de vistas, eu queria adiantar, já que a manifestação de toda a Bancada do Governo é no sentido de não aprovar o projeto, que o meu voto é no sentido de que se exclua o art. 5º do projeto de lei, que é a questão da transferência dos ativos da Embasa. Esse é o meu voto.

E estou adiantando o meu voto, aproveitando que o Líder do Governo aqui está e talvez ele aceite a nossa sugestão e possa dar prosseguimento ao projeto. Esse é o meu voto que deixo para a apreciação dos senhores.

O Sr. BIRA CORÔA:- Nobre deputado Luciano, além de incorporar seu aparte, afirmo que esse foi o caminho apresentado na discussão hoje com os representantes do Sindae, com representantes do governo e também com a Bancada. Caminhava para esse fim de encontrar uma alternativa, visto que o objetivo central é fortalecer a Embasa, e não privatizá-la. Com isso, veio uma sugestão da supressão do art. 5º, que, por consequência, resolve a questão. Compreendo também que os representantes da Embasa, através do seu sindicato, externaram também um compromisso pelo fortalecimento da empresa e pela garantia da sobrevivência socioeconômica dela e, conseqüentemente, eles reconhecem a necessidade de uma reformulação, mas não aceitam, assim como nós não estamos aceitando, que a empresa fique vulnerável a qualquer possibilidade de privatização.

Essa tem sido a condução da discussão e, sem dúvida nenhuma, as Lideranças da Bancada governista e de Oposição estão trabalhando a possibilidade junto a representantes do governo do Estado para que possamos formular exatamente na condição de emenda e, se possível, termos a aprovação dessa matéria.

Mais uma vez reafirmo e registro que essa é uma matéria extremamente importante, consegue, inclusive, trazer para esta Casa a dinâmica do Parlamento em que Oposição e Situação estão trilhando um debate muito salutar de consolidação. Essa é mais uma prova da importância da Embasa e da CERB, reconhecida pelas Bancadas de Situação e de Oposição. E isso para a gente é que é o prioritário, o mais importante. É também reconhecida, deputado Joseildo, pela sociedade baiana, porque na campanha de defesa da Embasa mais de 50% dos baianos e baianas se manifestaram assinando uma carta, indo às ruas de diversos municípios da Bahia para externar uma posição em defesa da Embasa e contra a privatização. De ontem para cá, foram centenas de telefonemas que recebemos de setores organizados, de cidadãos e cidadãs comuns deste Estado, ligaram para o nosso gabinete, para o nosso celular, reafirmando a importância de defendermos aqui a Embasa, de defendermos a autonomia e a sobrevivência da CERB.

Por isso, é importante...

Cedo a palavra ao nobre deputado Bobô.

O Sr. Bobô:- Deputado Bira Corôa, gostaria de parabenizar V.Ex^a pelo seu pronunciamento, e que fique registrado que todos os deputados que aqui se pronunciaram foram unânimes em relação à importância da Embasa, o papel que desenvolve a Embasa, o papel estratégico da própria Embasa para o Estado da Bahia e para o Brasil, em especial para o Estado da Bahia, e também da própria CERB.

Quando falamos em unanimidade, pelo menos de todos que se pronunciaram, foi em relação ao art. 5º do projeto: “Fica o Estado da Bahia autorizado a integralizar o capital da Bahiainveste com até 25% das ações ordinárias e até 25% das ações preferenciais do titular da posição acionária da Empresa Baiana de Águas e Saneamento”, ou seja, a Embasa.

É óbvio que, pelo sentimento de defesa do que é nosso, é uma bandeira importante, que foi feita há muito tempo. Temos, sim, que fortalecer a Embasa e não enfraquecê-la. Acho que o papel nosso é justamente esse.

Portanto, também fica um sentimento de apoio à sua fala. E peço ao Governo do Estado que retire o art. 5º desse projeto de lei. (Palmas)

O Sr. BIRA CORÔA:- Incorporo o seu aparte, deputado Bobô.

Quero, antes de passar para o deputado Joseildo, pedindo uma concessão, Sr. Presidente, para o tempo, registrar a presença do vereador, do Município de Salvador, Gilmar Santiago, que também se manifesta e veio até aqui em defesa da Embasa, em defesa da CERB, reafirmando o compromisso histórico que sempre teve com a categoria e, acima de tudo, com a cidadania baiana. Então, quero saudar o nobre vereador Gilmar Santiago (palmas), e dizer da importância de sua presença aqui. E, mais uma vez, reafirmando e orientando, acima de tudo, a nossa posição, também, nesse contexto.

Quero, Sr. Presidente, concluir apenas dizendo que fico muito satisfeito porque convivo aqui, agora, com uma condução de caminho das bancadas da Oposição e Situação desta Casa para construir uma alternativa que atenda a uma solicitação de um setor estratégico e importante do nosso Estado a partir das representações de classes.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, antes de passar a palavra a V. Ex^{as}, gostaria de dizer aos Srs. Parlamentares e a todos que participam na Galeria Paulo Jackson que entrei na Embasa como estagiário e saí como presidente. Portanto, tenho uma relação histórica na minha vida com a Embasa.

Na semana passada, recebi no meu gabinete o Sindae, que foi conversar conosco sobre dois assuntos: a extinção da CERB e a privatização da Embasa. Eu disse ao mesmo que, com relação à extinção da CERB, solicitaria a S.Ex^a, o governador Rui Costa, uma audiência com o Sindae para que eles pudessem debater e chegar a um denominador comum.

Estive com o governador e ele me garantiu e já determinou à sua secretaria que marque a audiência com o Sindae para conversar sobre a CERB.

Em relação à Embasa, gostaria de dizer que enquanto eu estiver na Presidência desta Casa, porque, pelo Regimento, quem coloca em votação qualquer projeto é o presidente, jamais colocarei em votação aqui, nesta Casa, qualquer privatização da Embasa, jamais (palmas), não há a menor possibilidade de eu levar para meus pares a privatização da Embasa.

Quero registrar que na semana passada, por acordo, o deputado Luciano Ribeiro pediu vista para que tivéssemos tempo e pudéssemos debater e encontrar uma forma, um denominador que atendesse a todos.

Liguei agora para o governador Rui Costa, mas, infelizmente, ele está numa audiência pública na Polícia Militar, e eu não consegui falar com o mesmo. Nossa ideia era no sentido de pedir para retirar o projeto para que houvesse uma negociação com os deputados de Oposição, com os deputados do Governo e com os próprios funcionários da Casa. Não consegui falar, mas o deputado Zé Neto, Líder do Governo, que é o único deputado que fala pelo governo nesta Casa, nos comunicou que o governo aceita que retire o artigo 5º, (palmas), que é o que está tendo essa polêmica. Se retirar o artigo 5º e os deputados de Oposição se derem por satisfeitos, e parece que se dão por satisfeitos, os deputados do Governo, óbvio, como o deputado Rosemberg disse, também satisfeitos, e os funcionários também se dão por satisfeitos, vez que o artigo é polêmico, nós poderemos colocar em votação hoje, desde que seja por acordo. Por acordo?

Deputado Luciano Ribeiro, V. Exª vai fazer a proposição retirando o artigo 5º?
(Pausa)

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pronto. A Oposição concorda com a votação do projeto? A base do governo concorda? (Pausa)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Concorda.

(Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Então, nós vamos colocar em votação, porque atende todos, inclusive V. Sªs que são, realmente, os funcionários da Embasa, juntamente com a coordenação do nosso Sindae.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, se houver acordo das duas partes, e nós temos só duas urgências, parece-me, para dois projetos que o próprio deputado Sandro Régis me disse nesse instante ali, da educação, que ele entende que isso pode ser votado também por consenso, eu quero fazer uma sugestão de nós suspendermos todos os tempos. (Pausa).

Não?

Então, eu retiro a minha questão de ordem.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Só para informar a V. Ex^a, Presidente, que hoje, na reunião de Bancada, V.Ex^a sabe que nós temos debatido muito essa questão de urgência. Nós paramos para analisar o projeto educação, onde dá os prêmios aos professores que permanecerem em sala de aula, para nós não sermos contraditórios na nossa posição, ao invés de votar a urgência eu já comuniquei ao Líder que nós estamos dispostos a assinar a dispensa de formalidades e votar já o projeto hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu te agradeço, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o Líder do PDT para falar ou indicar orador pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, falará o deputado Bobô por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Tom Araújo, solicito a V.Ex^a que presida os trabalhos.

Vereador Gilmar, se V.Ex^a, que é vereador de Salvador, quiser entrar no Plenário, está liberado, porque sempre fazemos essas deferências aos vereadores da capital. Registrar também a presença do vereador Wilton Oliveira, se V. Ex^a quiser entrar no Plenário, também está liberado. Nós sempre fazemos essa deferência aos vereadores da nossa capital.

Com a palavra o deputado Bobô pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. BOBÔ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, boa-tarde a todos, hoje, na realidade, quando eu acordei, eu tinha um sentimento de enorme alegria, e queria compartilhar com vocês, que foi o retorno do Bahia, no sábado, à primeira divisão do futebol brasileiro.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Eu pensei que foi a vitória do Vitória ontem.

O Sr. BOBÔ:- O Vitória nos alegrou ontem, também.

Mas, lamentavelmente, pela manhã, muito cedo, tivemos a informação trágica, dura, doída, sofrida, de pessoas que eu tive o prazer de conviver com algumas delas, em especial Mário Sérgio, o próprio treinador da Chapecoense, com quem tive uma convivência próxima, e alguns atletas que, de alguma maneira, a gente também, embora muito rapidamente, conhecia, e essas pessoas já não estão mais conosco, pelo menos nesse plano.

Realmente, é muito difícil a gente entender e compreender uma tragédia como essa. Um pouco mais de 70 pessoas perderam a vida construindo algo que poderia ser espetacular, construindo uma história linda de um clube jovem, muito jovem, disputando a sua primeira competição internacional, dando visibilidade ao seu Estado e ao nosso País. Lamentavelmente, o que poderia ser uma história construída com alegria já não vai mais ser assim.

Imagino como estão as pessoas que conviveram no seu cotidiano ou tiveram seu cotidiano com as pessoas que, lamentavelmente, perderam suas vidas na madrugada de hoje. Eu queria fazer esse registro pois acho que é importante, porque é como se fossem parentes nossos. Convivemos com alguns, o tempo nos afastou. Mas o respeito e o carinho, isso não se perde. E aqui fica o nosso registro de solidariedade à dor os familiares dessas pessoas que, lamentavelmente, perderam suas vidas tentando construir um sonho lindo e que agora não será mais possível concretizar.

Eu também queria, ao mesmo tempo, solidarizar-me com os parentes das vítimas do incêndio na cidade de Camaçari, trágico incêndio. Realmente, muito doloroso para todos nós.

Uma semana muito difícil. Acordei pensando em fazer uma grande festa com os deputados tricolores desta Casa, mas não vai ser possível. Fica o sentimento nosso de frustração com relação a esse momento.

E queria aqui, Sr. Presidente, mais uma vez, encerrando, parabenizar o deputado Bira Corôa por sua fala contundente, forte, corajosa em defesa das nossas grandes instituições, em defesa das instituições que, verdadeiramente, constroem políticas sociais neste Estado e sempre construíram, desde o início de sua existência, como a própria Embasa e, também, a CERB.

Então, parabéns, deputado Bira Corôa, por sua coragem em trazer para cá o sentimento de todos, não só da Base do Governo do Estado, mas também da Oposição, em defender essas duas instituições.

O deputado Marcelo já saiu, mas está muito feliz porque o Vitória também deve permanecer na 1ª divisão. E este é um momento bem interessante para o futebol da Bahia, verdadeiramente, tomar o rumo que queremos de fortalecimento em todo o País, dois clubes na 1ª divisão.

Mas fica, aqui, o sentimento nosso de dor e, ao mesmo tempo, de alegria por momentos distintos que vivemos ao longo dessa última semana.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PP/PCdoB/PSB/PTN para falar ou indicar orador, pelo tempo de 13 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Vai falar, Sr. Presidente, o nosso Líder do Governo, deputado Zé Neto, por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Com a palavra o deputado Zé Neto, pelo tempo de 13 minutos.

O **Sr. ZÉ NETO**:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, todos presentes na Casa, os representantes do Sindae, os vereadores aqui presentes, Hilton, Gilmar, da cidade de Salvador, esta Casa, como a política, passa por um momento de muita aprovação. Eu acho que estamos próximos de encerrar o ano aqui, na Bahia, um

pouco distantes, deputado Sandro Régis, do que vemos no âmbito nacional. Aqui, a Oposição faz o papel dela, o Governo faz o papel dele. Na hora em que é preciso e possível dialogar o diálogo tem acontecido em nome dos interesses da Bahia.

Eu acho que isso é que é muito positivo aqui, em nosso Parlamento. Temos um desafio grande no ano que vem no Brasil e no mundo. O mundo passa por um momento diferente em relação à política, como demonstra o que ocorreu nos Estados Unidos, com a vitória de Trump, assim como pode agora acontecer na França. É uma demonstração clara do reposicionamento de políticas pelo mundo afora, opções mais conservadoras. Aqui no Brasil, a crise não tem acenado para uma melhoria política e econômica.

Mas é preciso encontrar soluções, saídas e diálogos. Sem dúvida alguma, é o papel primordial do Legislativo. Semana passada, o deputado Joseildo esteve comigo e manifestou preocupação com um dos artigos do projeto que trata da Bahiainveste. É um projeto positivo demais para a Bahia, uma busca de soluções que possam gerar capacidade de investimento e lastro para que o Estado desenvolva as suas políticas, principalmente as estruturais, e possa manter o padrão mínimo de investimentos no interior e na capital, para continuar sendo, apesar das dificuldades, o vigésimo quarto Estado do Brasil em orçamento per capita.

A demonstração clara disso está aí, quando nos comparamos com o Rio de Janeiro, que tem R\$ 82 bilhões de orçamento e 16 milhões de habitantes. Nós, na Bahia, temos R\$ 41 bilhões, metade do orçamento, com praticamente a mesma população, de 15 milhões de habitantes – e nós estamos assistindo ao Rio de Janeiro numa crise profunda, sem conseguir pagar sequer aos funcionários e aposentados. Graças a Deus, a Bahia continua pagando em dia os salários dos servidores e o décimo terceiro. A Bahia está entre os únicos 4 Estados que nos últimos 2 anos conseguiram dar algum reajuste aos servidores públicos.

Então, são dificuldades econômicas diversas, e a Bahiainveste vem nesse tom, buscando encontrar soluções que possam lastrear e melhorar a capacidade de investimento e de gerenciamento financeiro e fiscal do nosso Estado. Com relação ao que defendia o deputado Joseildo, depois houve o coro de outros deputados, inclusive Luciano Ribeiro, que pediu vista do projeto, colocando a sua preocupação com relação ao tema. Hoje, há pouco, mais uma vez, o deputado Luciano me disse que seu pensamento também se harmonizava com o que pensam a Bancada do PT, o Sindae, os representantes da Embasa e da CERB. Ele solicitou que fizéssemos um acordo no sentido de suprimir a parte do Art. 5º, que hoje aflige e preocupa os representantes do saneamento do nosso Estado, o Sindae, Sindicato de Água e Esgoto do Estado da Bahia.

Evidentemente, tudo isso viabilizou um acordo de Bancada. Quero, de público, agradecer também a compreensão do deputado Sandro Régis, que conversou conosco, e foi possível viabilizar a votação, que poderá acontecer ainda hoje, do projeto da Bahiainveste, com a supressão dessa parte que trazia essa preocupação para os representantes da Embasa.

Quero salientar que a Embasa e o saneamento continuarão a ser um desafio imenso para o nosso Estado. Eu diria que não é apenas um desafio de governo. É um

desafio mais amplo, histórico, aproximadamente 20 cidades, apenas, no nosso Estado, hoje, têm lucratividade nos serviços de água e esgoto, praticamente 20. Dessas 20, saem os recursos para manutenção das demais cidades. Se eu não me engano são cerca de 389 cidades na Bahia, das 417 cidades, que hoje têm os serviços da Embasa como serviços que, evidentemente, garantem o fornecimento de água e/ou esgoto.

Esse fato, esse ambiente que eu estou relatando, deputado Paulo Souto, V.Ex^a que há muito tempo conhece a política do Estado, é um fato histórico, não é desse e nem dos governos anteriores, é claro vão-se avolumando as dificuldades que precisam ser resolvidas.

Nós temos, hoje, um desenvolvimento grande nas cidades, especialmente do ponto de vista urbano, as cidades são cada dia menos zona rural e mais zona urbana e isso requer um crescimento muito grande da demanda de água e precisamos fazer frente a esses investimentos.

Há pouco, tivemos uma reunião da Bancada do PT com representantes do Sindae e representantes do governo. Quero de público elogiar o comportamento do secretário da Casa Civil Bruno Dauster que esteve na reunião, que conversou, que abriu a agenda e vai continuar a viabilizar o diálogo, não só com os representantes da Embasa, mas também com os representantes da CERB para que todas essas situações possam ser debatidas e dissecadas, porque nós vamos enfrentar, sim, dificuldades postas, não pelo governo ou pela categoria, mas postas pelo cenário que é um cenário histórico, que é um cenário também da política econômica mundial e, mais recentemente, da crise que está estabelecida aqui no Brasil que tanto afeta a economia, como a política no seu todo. E é preciso termos muita maturidade, responsabilidade, para ultrapassarmos esse instante turbulento e que, com certeza, deputado Marcelino Galo, é um instante que requer de nós extrema proeza e responsabilidade.

Portanto, eu queria dizer que o Parlamento ganha à medida que tem a compreensão de que num momento de tensão como vivemos hoje pela manhã, como vivemos na semana passada, é preciso entrar em campo o bom senso e o diálogo. E isso aconteceu. Aconteceu com a Bancada de Governo, aconteceu com a Bancada da Oposição, aconteceu no conjunto da Casa, teve a presença muito marcante do presidente da Casa que desde cedo vinha me ligando e buscando também viabilizar uma solução para o impasse. E esse impasse pode ser o começo de uma outra caminhada mais iluminada, uma caminhada de luz. Porque sabemos que as oportunidades aparecem, na maioria das vezes, nos momentos de dificuldade, de crise, de colisão.

Nesse instante, encontramos um caminho de harmonia para resolver, em parte, o que estava posto no projeto do Bahiainveste, mas temos que aproveitar essa conjunção e caminhar no sentido de continuar o debate sobre o que fazer com a Embasa, com a CERB e com as dificuldades todas que estão sendo postas do ponto de vista do financiamento que é necessário para essas duas empresas.

Quero chamar a atenção que hoje a Bahia tem 0.5% da sua receita corrente líquida como comprometimento da dívida com o Estado. É um Estado que eu diria que tem um certo conforto, tanto fiscal quanto econômico, com relação à sua

capacidade de endividamento. O Rio de Janeiro, por exemplo, já ultrapassa duas vezes a sua receita corrente líquida; São Paulo já tem mais de 1.7; o próprio Rio Grande do Sul, se eu não me engano, já ultrapassou também duas vezes a receita corrente líquida; e nós quando chegamos ao governo era 1.2 o comprometimento da receita corrente líquida e, hoje, está mais ou menos na metade, em torno de 0,5. Isso é positivo, porque o governo tem, hoje, capacidade de endividamento. Poderia utilizar essa capacidade de endividamento para buscar recursos e colocar esses recursos nessas empresas. Entretanto, essa não é a vida real. A vida real é que não há, hoje, no mercado, tanto em nível mundial quanto em nível nacional, nenhum mecanismo e nenhuma instituição financeira apta a fazer empréstimos aos estados. Por diversas situações, não só do ponto de vista da economia, mas também do ponto de vista da conjuntura internacional e nacional no que diz respeito à política. E aqui temos encontrado dificuldades até para acessar empréstimos. A Bahia tinha um volume de quase 2 bilhões de possíveis empréstimos, de 2 anos para cá. Teve autorização legislativa, entretanto, não teve como captar esses recursos, porque no ambiente econômico, tanto interno quanto externo, não há essa possibilidade de buscar, efetivamente, o crédito que é tão esperado para darmos continuidade aos investimentos de infraestrutura.

Portanto, esse é o debate. Parabéns ao Sindae, que teve uma atitude responsável, veio conversar, veio dialogar, trouxe elementos para o debate. Às vezes, o movimento sindical tem uma impulsão, uma energia que já conhecemos, mas, no fundo, temos que agradecer a todos que colaboraram, tanto do governo quanto da Oposição, como o próprio sindicato com as suas representações e os trabalhadores que aqui estiveram.

Neste momento que poderia ser de uma grande crise, vamos fazer com que o primeiro passo da harmonia e da compreensão seja dado. Não diria o primeiro passo, mas mais um passo. E que possamos, daqui para a frente, encontrar ainda mais o diálogo, a determinação de que esse caminho que precisa ser trilhado possa ser trilhado com muito mais participação, com muito mais integração de todas as forças para que a solução possa ser encontrada com muito mais vigor.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PSC/PV para falar ou indicar orador pelo tempo de até 12 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, falará por 6 minutos o deputado Prisco e por mais 6 minutos o deputado Carlos Geilson.

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Com a palavra o deputado Prisco. Deputado Luciano, o deputado Prisco não se encontra no Plenário, V. Ex^a quer substituir ou permutar?

O Sr. Luciano Ribeiro:- Falará o deputado Pablo Barroso por 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Com a palavra o deputado Pablo Barroso pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. PABLO BARROSO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, membros da imprensa, servidores públicos da Embasa, da CERB, baianos e baianas, primeiro, gostaria de me solidarizar com o acidente trágico que aconteceu, a perda de uma forma trágica de uma equipe de futebol que representava tão bem o seu município, o seu Estado, e que deixa todos nós brasileiros solidários com suas famílias neste momento de dor e de luto.

Queria tocar num assunto que já foi abordado aqui por outros colegas em relação à Embasa e à CERB. No momento de dificuldade e de crise pela qual passa o Estado, os municípios, toda uma Nação, não podemos desmerecer, fazer vista grossa, desconhecer o valor daquelas pessoas que, de forma digna, trabalharam, trabalham e fazem trabalhos que são, além de honrosos, importantíssimos para o progresso do nosso Estado. Refiro-me aos funcionários da Embasa, aos funcionários da CERB que tantos serviços prestaram ao nosso Estado. Trago uma indagação que faço ao governador do Estado, do que realmente se trata esse projeto que foi enviado a esta Casa, do que se trata esse capital que seria integralizado ao Bahia Invest, porque não ficou claro. A dúvida independe do partido, independe da ligação partidária, a dúvida tem que ser esclarecida, até para que possamos debater melhor sobre o assunto.

Aproveito a oportunidade, para tratar... porque recebi durante esses mais de 6 meses, este ano, muitos funcionários da CERB, e a maioria por motivos óbvios, não queriam que externassem os nomes deles. Infelizmente, alguns outros funcionários de outras empresas estão sendo desrespeitados até pelo processo de desligamento deles da empresa. Sabemos muito bem que a CERB tem, além do bojo de suas atribuições, que são importantíssimas, principalmente para as partes mais sofridas do nosso Estado, temos também na CERB funcionários gabaritados. Até digo, mais gabaritados do que a maioria dos órgãos do Estado, com comprovados serviços prestados de qualidade através desses anos. Conhecemos os funcionários da CERB pelo nome, podemos trazer durante esses governos que passaram diversas qualificações, diversos benefícios para todo o Estado, através de todos os governos que passaram.

A falta de respeito deste governo com o ser humano, com aquele que prestou anos e anos de serviço para ser desligado de forma desumana... porque esse funcionário vai tentar se inserir no mercado de trabalho e não vai conseguir, pela dificuldade e pela idade que tem. Aí, entendo também o momento que o Estado passa, o momento de já ter passado dos 47,19% do prudencial, do limite exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Por terem passado esse limite, não podem mais contratar funcionários através do REDA, funcionários com vínculo, não podem fazer concurso. Ao mesmo tempo que não podem contratar funcionários através do REDA porque já está no limite máximo, está beirando o limite de 48%, já passou o limite prudencial, também não podem aumentar custeio, que é uma promessa do governador Rui Costa, em 2015, assim que assumiu o governo. O governador veio a esta Casa e disse que cortaria 20% do custeio do Estado.

Até agora, inclusive na proposta orçamentária que analisaremos amanhã... a proposta é para se aumentar o custeio, aumentar o gasto do Estado. Eu digo que esse governo da propaganda, é o governo que nesses 2 anos pagou 3 bilhões e 100 milhões em dados, e aí vocês podem pesquisar porque não são dados trazidos por este

deputado, são dados oficiais. Três bilhões e cem milhões de reais pagos em despesas de exercícios anteriores, em débitos adquiridos antes de 2015. E apenas investiu 2 bilhões em obras em todo o Estado, ou seja, estamos vivendo de pagar débito do passado.

Não fazemos investimento nenhum no Estado, mas temos que ver o governo fazer propaganda. O governo não dignifica os funcionários que prestaram um bom serviço, como os da Embasa e da CERB. Não pode trazer novos concursados para melhorar o serviço, mas tem dinheiro para fazer propaganda e dizer em horário nobre, no horário mais caro, no intervalo do Fantástico, dizer que esse governo Rui Costa fez o Hospital do Subúrbio. Além de faltar dinheiro para se venderem mentiras. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, deputado Sidelvan Nóbrega, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, nós já falamos anteriormente sobre essa questão. Nós somos radicalmente contra a privatização da Embasa. O PT foi a mãe desse protesto, quando se ventilou por algum tempo, no passado, a possibilidade de privatização, e hoje notamos que, de forma indireta, o PT tenta usar caminhos para chegar à privatização da Embasa. Mas não vai conseguir, e isso é fato.

Eu quero abordar um tema aqui que diz respeito diretamente à vida da classe política. No próximo dia 15, esta Casa fará uma audiência pública, por iniciativa do deputado Luciano Ribeiro, para discutir a reforma política. Entra governo, sai governo, e o questionamento é este: “O Brasil precisa de uma reforma política, reforma tributária, reforma da Previdência...”, e isso não avança. Em algum momento se faz um arremedo ou um arranjo para dizer que houve reforma, mas não há nem houve.

Agora, criou-se uma comissão na Câmara para tratar da reforma, e alguns assuntos começam a ser levantados e debatidos: qual é o sistema político que nós devemos adotar neste País? Manter o voto em lista aberta, como acontece atualmente? Esse sistema que está falido a ponto de o ex-governador Jaques Wagner dizer que todos os partidos ou quase todos praticaram o caixa 2? Então, acho que esse sistema está falido.

Bom, poderíamos defender a lista fechada, com o financiamento público de campanha. Há aqueles que vão se posicionar contra essa possibilidade porque a renovação será muito pequena nos Parlamentos. Há algum tempo, eu já fui contra. Hoje eu começo a ver com bons olhos, na medida em que vemos o caixa 2 se espalhando e cada vez mais ganhando a classe política, eu diria, quase como um todo.

Se não for a lista fechada – a aberta, no meu ponto de vista, já está condenada –, qual seria o outro caminho? O “distritão”? Aqui nesta Casa seriam eleitos os 63 mais votados. Sendo assim, passa a ser uma eleição majoritária. Você deixaria de depender da questão do coeficiente para depender dos seus esforços como político para estar na lista dos 63 mais votados. Não sendo essa a possibilidade, que já foi e

continua sendo defendida nacionalmente pelo PMDB, outra possibilidade seria o voto distrital ou o voto distrital misto.

Os políticos que têm votos localizados, como o deputado Zó, este adoraria o distrital, porque já sairia eleito lá da sua base, na região Norte. Em Feira de Santana, seria uma maravilha. Ou então o voto distrital misto, convivendo o voto localizado com o pulverizado. Além do mais, fala-se no fim das coligações, o que eu vejo com bons olhos, e isso, com a cláusula de barreira, diminuiria o número excessivo de partidos. Não há processo democrático com a Câmara dos Deputados tendo 28 partidos com assento. São 35 partidos – 35 partidos! O que é que ocorre? Um balcão de negócios. Quem governa, para governar, tem que sair fazendo essas loucuras, distribuindo cargos, distribuindo benesses, para ter a governabilidade, e isso favorece a corrupção.

O sistema político está podre, carcomido, e tem que mudar. Mas quando se fala em mudar, cada um se apegue a seus interesses. E é isso que inviabiliza a tão sonhada reforma política. Todo político diz: “Tem que acontecer a reforma política, mas eu quero a reforma que contemple os meus interesses”. Ora, se alguém jogar para mim a bola, eu vou dizer: “Eu quero o distrital”. Eu sou um político localizado, basicamente tenho votos em Feira de Santana e região, vou querer esse sistema. Mas aqueles que têm votos pulverizados, que, provavelmente, são a grande maioria, essa maioria não quer esse sistema, e nós esbarramos nessa protelação, reforma hoje, reforma amanhã, e ela nunca acontece.

O sistema político está podre, carcomido. Hoje, a Lava-Jato é a grande coqueluche, do momento. Você liga a televisão, liga o rádio, lê jornais, revistas, não se fala em outra coisa. É esse ou aquele político que recebeu caixa 2, que recebeu propina, essa ou aquela estatal está sendo um núcleo de corrupção desse ou daquele partido. Portanto, meus amigos, minhas amigas, essa reforma política, temo que não saia do papel e vamos ficar nesse lamaçal que nós estamos vivendo hoje, a que a classe política está submetida, com um sistema político falido.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria, ou o Líder do PSL, para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. ROSENBERG PINTO:- Sr. Presidente, por todo o tempo falará este humilde deputado aqui, se V.Ex^a permitir.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Claro. Com a palavra o deputado Rosenberg pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. ROSENBERG PINTO:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa, servidores, visitantes das Galerias Paulo Jackson, dirigentes do Sindicato de Água e Esgoto do Estado da Bahia, meu querido presidente, primeiro, essa questão com relação à Embasa, eu acho que já está superada, acabei de receber, por parte do

governo, a retirada do Art. 5º, e apenas fica aprovada a proposta do anexo único para englobar a Bahiainveste em que não consta o capital da Embasa.

Quero aproveitar este momento para dizer que foi importante a reunião que nós tivemos hoje, chamada pela Bancada do nosso partido, com o secretário da Casa Civil, Bruno Dauster, junto com o Sindae, os servidores da CERB. A Oposição também teve um papel importante e conciliador, e com isso vamos votar um projeto importante para a Bahia, de atração de investimentos, para que possamos superar, passar por este momento que nós estamos vivendo na economia mundial e na economia brasileira e também preservar aquilo que é da vontade de todos os parlamentares e, eu tenho convicção, também do governador Rui Costa: não privatizar a nossa querida Embasa. Ele disse hoje aos dirigentes que precisamos também continuar o debate para que possamos encontrar caminhos para fortalecer a Embasa, sob pena de não termos que voltar a esta Casa para discutir situações que possam levar a essa empresa tão importante para o saneamento básico a algum tipo de crise do ponto de vista econômico e financeiro. Então, temos que encontrar caminhos para preservar a empresa e as ações do Estado baiano.

Quero também, deputado Carlos Geilson, dizer que precisamos encontrar um caminho para essa questão da CERB. Entendo a preocupação do governador Rui Costa, porque é uma relação estatal mas também uma relação trabalhista com um conceito privado. Isso tem uma implicação muito grande entre os servidores gerais do Estado e os servidores da CERB e pode levar a uma contradição do ponto de vista dos reajustes salariais, que é o que está acontecendo. Mas tenho convicção de que os lados terão capacidade suficiente para encontrar um caminho que mantenha essa empresa importante para o Estado da Bahia, mas que também não traga conflito nessa relação de pagamento de reajuste salarial entre os trabalhadores da CERB e os demais trabalhadores do Estado da Bahia.

E aí, deputado Carlos Geilson, ouvi atentamente a sua preocupação com a reforma política, e temos que fazê-la neste País. Penso que essa reforma que está tramitando não vai resolver na totalidade o seu problema, que passa pela contaminação da política no Brasil. É fundamental que encontremos um caminho que financie a política, porque ela não pode ser financiada pelos interesses econômicos: ela tem que ser financiada pelo próprio Estado, porque a política serve para resolver os problemas da sociedade, e é a sociedade quem tem que garantir as condições para essa disputa democrática. No momento em que colocamos o custeio da campanha para os conglomerados econômicos, eu não tenho dúvida de que estamos rompendo com a regra democrática da oportunidade da disputa de uma forma a garantir que as pessoas mais humildes possam ter a mesma oportunidade de disputar um espaço público com as pessoas de poder econômico elevado neste País.

Por isso que é fundamental essa reforma política, e aqui disse ontem que não podemos aceitar um debate, muitas vezes, da hipocrisia com relação à questão do Caixa 2. Disse na semana passada, reafirmei aqui, e hoje volto a falar: nós temos que dar um tratamento igual, não podemos admitir que a corrupção seja creditada apenas ao segmento político, nós precisamos acabar com a corrupção no Brasil. Mas precisamos também deixar claro que existe corrupção nos Três Poderes, não pode ser

colocado, meu querido vereador Gilmar Santiago, nas costas da política, nas costas do Legislativo ou, às vezes, do Executivo esse processo de corrupção.

Ainda hoje os principais jornais falam desse rapaz que pousa de santo, esse procurador lá do Paraná, mas ele é investidor do Programa Minha Casa Minha Vida, em dois apartamentos no Paraná, na sua cidade de origem. Então, como é que ele, que é investidor, adquiriu para ganhar dinheiro, ele que é procurador e fala que tem que investigar os políticos? Ele precisa olhar no espelho, na casa dele, porque está usando de um programa que é para atender a população que não tem imóvel. Ele tem um imóvel acima de R\$1 milhão declarado nos jornais e comprou 2 apartamentos numa construção do Programa Minha Casa Minha Vida para especular e ganhar dinheiro.

Deputado Joseildo Ramos, ele, que é o principal apresentador dos 10 itens contra a corrupção, retira a responsabilidade do Ministério Público e do Poder Judiciário! Nós não podemos fazer isso! Por que nós temos que tirar o Ministério Público e o Judiciário? Nós temos que envolver todos os segmentos organizados da sociedade nos itens contra a corrupção!

É inadmissível alguém com o poder fazer acusação infundada, muitas vezes leviana, e o indivíduo ter que provar que é inocente. E depois esse acusador não tem qualquer responsabilidade pela calúnia que fez a um homem ou a uma mulher deste País.

Por isso que a lei tem que ser para todos. Não podemos aceitar. Tenho grande respeito pelo Ministério Público do Estado, pelo Ministério Público Federal, mas tem que estar enquadrado nas mesmas condições das outras instituições. Isso não é cercear investigação: é garantir que a investigação tenha lisura.

Eu sei e ontem eu vi a nossa querida prefeita Ioná Queiroz chorar porque, deputado Joseildo Ramos, teve o pedido do seu registro de candidatura em Camamu – parece-me que foi feito no dia 16 – negado pela procuradora do Ministério Público no dia 12! O documento que está acostado no processo é anterior ao pedido de registro da candidatura, numa demonstração de parcialidade do Ministério Público! Além do mais, ela não teve o cuidado de mudar a data. Não sei a quem ela estava servindo. Ainda escreveu do próprio punho. Mesmo que a filiação dela não contivesse irregularidade, ainda assim era para considerar o registro nulo.

Então, é por conta dessas e de outras que nós não podemos deixar de fora nenhuma instituição. A juíza acabou atendendo essa posição do parecer da Procuradoria. O TRE fez justiça de 6X0 ontem. Disse que o parecer que foi dado em Camamu não tinha consistência.

Então, é por conta dessas e de outras que não podemos, deputado Carlos Geilson, aceitar que a reforma política seja qualquer uma. Tem que haver uma reforma política que dê capacidade de disputa a todos os homens e mulheres interessados em assumir um cargo público, de forma equilibrada. Não podemos aceitar que a disputa e que esse debate da corrupção sejam a criminalização da política! A política é o único instrumento que resolve os problemas da sociedade!

Quero dizer, claramente, que nós, no governo, certamente cometemos alguns erros, porque somos homens e mulheres. Mas desafio o governo que mais fez pelas pessoas mais pobres do nosso País e do nosso Estado da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou Líder do PMDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, o deputado Adolfo Viana falará pelo tempo de 6 minutos, e o deputado Prisco falará pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez, ocupo a tribuna desta Casa para tratar de um assunto que julgo dos mais preocupantes e importantes para o nosso Estado. Trata-se, justamente, da questão da segurança pública. Nós temos policiais da Civil, os agentes penitenciários e da Polícia Técnica, todos eles concursados, preparados para ganharem as ruas, aguardando apenas a nomeação por parte do governo do Estado, que fala, deputado Carlos Geilson, a todo o momento que não pode contratar, porque se encontra no limite prudencial.

O Sr. Rosemberg Pinto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Deputado Rosemberg Pinto, vejo que V.Ex^a pede um aparte e eu concederei. Antes de ouvi-lo, quero dizer a V.Ex^a que o mesmo governo que diz que não pode contratar, porque há hoje uma questão do índice de pessoal elevado, é o mesmo governo que no mês de novembro nomeou. A minha assessoria me apresentou cópias do Diário Oficial em que o governo do Estado nomeou, apenas no mês de novembro, para mais de 203 cargos. Pergunto a V.Ex^{as}: será que a segurança pública deixou de ser uma prioridade para este governo? Faço esse questionamento, porque as manchetes dos jornais e os números que observamos a todo o momento deixam a nossa população bastante preocupada.

Ouçõ o Líder do Partido dos Trabalhadores, deputado Rosemberg Pinto, com prazer.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Meu querido Adolfo, no que pese ao conteúdo, tenho uma discordância. Até porque as bases da avaliação com relação aos índices são diferentes entre os diversos estados. Quero deixar registrado, porque vejo que V.Ex^{as} fazem críticas à segurança pública, e eu sou um dos defensores do governo. Lamento a posição da Polícia Militar na última sexta-feira na porta da Petrobras, quando desde as 5h da manhã tinha um aparato – parecia que era para a guerra –, para impedir os trabalhadores de se manifestarem. Penso que a Polícia Militar, em especial a da Bahia, não pode se permitir estar lá para tentar inibir a manifestação dos trabalhadores. Liguei para o coronel Anselmo e espero que seja a última vez que a polícia do meu governador se organize para reprimir os trabalhadores da Petrobras. (Palmas)

O Sr. ADOLFO VIANA:- Deputado Rosemberg Pinto, quando concedi o aparte a V. Ex^a, realmente, foi para que V. Ex^a me ajudasse a ajudar o Estado da

Bahia. Estado esse que tem números altíssimos de violência. Estado esse que reconheceu que se precisava fazer concurso público. Estado esse que fez os concursos, tanto da Polícia Técnica e da Polícia Civil quanto dos Peritos Criminais. Estado esse que bancou o curso de formação de todos eles, reconhecendo que a Bahia precisava destes novos policiais. E na hora de colocá-los na rua para defender a população baiana, o Estado diz que não tem condição de nomear porque atingiu o limite prudencial. Ao mesmo tempo, o Estado nomeou, apenas no mês de novembro, 203 novos cargos e mais 160 concursados. Então, eu fico com a sensação de que a segurança pública não é e não será prioridade para este governo do Estado.

Não é a primeira vez que uso esta tribuna para falar de violência. Talvez tenha sido eu o deputado que mais tenha utilizado esta tribuna cobrando a nomeação desses policiais. Obviamente que essa não é uma causa do deputado Adolfo Viana, essa é uma causa de toda a sociedade baiana. Nós precisamos de uma vez por todas definir o que é prioridade. E a Segurança Pública do Estado da Bahia é uma prioridade, e nós não podemos nos omitir nesse assunto tão importante.

É lamentável que o governo do Estado tenha demorado tanto para compreender que é mais importante nomear esses policiais que foram concursados e que já estão treinados e aptos a ganhar as ruas do que nomear apadrinhados políticos. Este mês de novembro já foram 203 cargos de confiança nomeados pelo atual governo do Estado.

É simplesmente lamentável e esta Casa tem que se manifestar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Concedo a palavra ao Líder do Governo ou da Maioria ou ao Líder do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Não, presidente, o tempo foi dividido. O deputado Adolfo Viana falou por 6 minutos e o deputado Prisco falará por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Desculpe, nobre e competente Líder. É que está de caneta aqui em cima e eu não vi. Desculpe, Prisco.

O Sr. **SOLDADO PRISCO**:- Sr. Presidente, V. Ex^a está desculpado. Agradeço.

Boa-tarde aos parlamentares e aos membros da Plenária. O acordo da retirada do art. V já foi fechado. Se mantivessem, votaria contra, como a Oposição se colocou.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nosso amigo Adolfo Viana, vim aqui anteriormente falar da questão da segurança pública na Bahia. Nós queremos alertar, mais uma vez, a população da Bahia, para depois não dizerem que as próprias associações, o Prisco ou os policiais são culpados.

Sexta-feira, dia 2 de dezembro, às 15h, a categoria realizará uma assembleia no Ginásio dos Bancários. Será a última assembleia deste ano, onde a categoria vai decidir os rumos, já que o governo, de forma irresponsável, não chama a categoria para o diálogo, não senta e não dialoga com os trabalhadores. Para nós é muito ruim, é muito triste ver que o governo trata a segurança pública desse jeito. Ver como o governo trata a população da Bahia.

Já foram assassinados 45 policiais, militares e civis, até o presente momento, nos últimos 24 meses, e nenhuma providência do governo foi tomada. Só promessa e bravata política. O governo não tem nenhuma prioridade na área da segurança pública. Gasta-se muito mais em publicidade e propaganda do que em segurança pública. Nenhuma prioridade na área.

A violência se alastrou por todo o Estado da Bahia. As unidades, sejam da Polícia Civil quanto da Polícia Militar, estão todas sucateadas, enquanto o secretário gastou quase 300 milhões para construir um prédio que, como ele disse para todo mundo, resolveria o problema da segurança pública da Bahia. Na verdade, temos mais um elefante branco aqui no CAB que nada resolveu, mas recebeu um grande investimento. Se ele saísse e andasse um pouco, veria a real situação da unidade que toma conta do CAB; está toda sucateada. Essa é a segurança pública que o governo prega para toda a população.

Todos os dias o crime organizado toma conta da cidade de Salvador. Não tem efetivo e sacrifica os policiais, colocando apenas dois em viaturas para combater o crime organizado...

O Sr. Hildécio Meireles:- V. Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Vimos recentemente, na Costa do Dendê, na Bahia, mais uma turista ser assassinada. Como o nobre colega falou aqui, foi a polícia Italiana que estava investigando. Vemos todos os dias uma média de 30 a 40 homicídios ocorrendo por final de semana, e nenhuma providência tomada por esse governo.

Está brincando com a segurança pública da população e desrespeita o acordo firmado com a categoria, não cumpre esse acordo. E o comando da PM faz o quê? Por ordem do governo, claro, porque ele não dá um passo se não for para lado do governo, em vez de dialogar, quer reprimir a categoria publicando inúmeros processos e abrindo processo administrativo. Acha que isso vai diminuir o ímpeto e a coragem desses policiais, que estão aí todos os dias dedicando suas vidas à população da Bahia, saindo de casa sem saber se vão voltar. É dessa forma que o governo trata a segurança pública na Bahia.

Concedo um aparte ao nosso amigo deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Hildécio Meireles:- Deputado Prisco, é público e notório que esse governo definitivamente deixou a segurança pública de lado, nunca foi sua prioridade. Para V.Ex^a ter uma ideia, nós estamos chegando ao final do exercício, faltam apenas 32 dias para terminar o exercício financeiro e orçamentário, e o governo do Estado ainda pode, se quiser, gastar quase 30% do total que foi orçado para a segurança pública. Ou seja, em 11 meses, do total que foi orçado, ele gastou apenas 70%. Não nomeia contingente policial, não investe em ferramenta de trabalho, não dá condições para o policial trabalhar. Do outro lado, nomeia mais de 200 pessoas para cargos comissionados, aumentando o índice de pessoal, que já ultrapassa o limite prudencial.

Portando o discurso de V. Ex^a é muito proveniente. É preciso que esta Casa tome uma posição com relação à fragilidade da segurança pública do Estado da Bahia, o que toda semana mata centenas de baianos por esta Bahia inteira.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Agradeço, deputado.

Essa é a Bahia que a população, infelizmente, vê nos guetos e nos becos, no sangue sendo derramado, e nada tem sido feito por este governo.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao do PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, no tempo do PSD falará, inicialmente, o deputado José Raimundo por 6 minutos; em seguida, o deputado Alex Lima pelo tempo restante.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, os que nos assistem das Galerias e pela *TV Assembleia*, senhoras e senhores, mais uma vez o nosso governador Rui Costa demonstra sensibilidade, abertura para o diálogo e consegue negociar com o movimento sindical e com as lideranças desta Casa uma solução madura e extremamente conveniente do ponto de vista político e, naturalmente, da gestão governamental.

Desse modo, sinaliza para uma sustentabilidade dos investimentos públicos com a BahiaInvest e com os fundos garantidores e, ao mesmo tempo, sinaliza para o compromisso de defesa das nossas empresas de economia mista e estatais, que servem à Bahia, como é o caso da Embasa. Então esse diálogo aqui entre Oposição e Situação, com a presença dos nossos Líderes, viabilizou esta solução.

Esse é um ponto muito importante, pois mostra que o governador Rui Costa, diferentemente daquele passado em que não havia diálogo nos momentos de tensão, continua na linha do ex-governador Jaques Wagner, sendo um governador do debate e da discussão.

Um segundo ponto que eu gostaria de chamar a atenção, é que estamos a cada dia presenciando a agudização da crise econômica, política e institucional que o Brasil vem atravessando nos últimos anos. Hoje mesmo, no País inteiro, as ruas estão sinalizando para uma firme oposição às medidas do governo Temer, como essa PEC que corta investimentos na educação, na saúde e sinaliza para um período de arrocho salarial.

Oposição a uma proposta que cada vez mais concentra renda e riqueza nas mãos de uma minoria e tira daquela faixa da população que nos governos Lula e Dilma teve uma ascensão social, teve acesso a bens materiais, a um ganho efetivo, seja pelas políticas de transferência de renda, seja pelas políticas de desenvolvimento econômico nas regiões historicamente deprimidas, como são o Nordeste e do Norte do Brasil.

Enfim, o Bolsa Família, a valorização do campo, programas como o de transferência para o pequeno agricultor, investimento em infraestrutura com obras

fundamentais para que essas regiões pudessem se desenvolver nestes anos. Mas o cenário que se aproxima é de concentração de poder e de empobrecimento da população brasileira.

Aliada a esta crise econômica e a essas medidas recessivas, temos a cada dia esse quadro de fragilidade do governo Temer, que passa não apenas por uma clara visão utilitária e pragmática do PMDB, que patrocinou o golpe e agora está sendo golpeado. No seu interior fervilha traições e traições a todo momento, e os ministros que lá estavam são patrocinadores de revoadas. O governo Temer, provavelmente, caminha para uma fragilidade com a “delação do fim do mundo” que está chegando; depois desta deleção definitivamente não vai sobrar pedra sobre pedra em Brasília.

As perguntas que o Eduardo Cunha fez – que a *Rede Globo*, a *Folha de S. Paulo* e o próprio Moro censuraram – são inteligentíssimas e problematizadoras. Se respondidas essas questões do Cunha, não sobra ninguém em Brasília, nas hostes do governo e dos partidos que orbitam o governo. Essa relação do mais novo Odebrecht, do herdeiro desse império, dessa empresa que nasceu na Bahia, que se fortaleceu na ditadura, que aqui foi vitaminada nós sabemos por quem, mas não cabe a nós apontar o dedo, porque, infelizmente, tudo isso é a fragilização do mundo da política...

Quando a fofoca de um ministro com outro por causa de um apartamento vira caso de política, é sinal de que o mundo da política está frágil. E aí a gravidade é profunda, porque abre brecha para os aventureiros. E sobre aventureiros, nós sabemos que eles são os oportunistas que às vezes golpeiam a democracia.

E é tema de outra intervenção...

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- (...) ficam aqui essas reflexões que são fundamentais para o mundo da política. As denúncias estão chegando, o fim do mundo se aproxima e cuidado, amigos e amigas, porque a coisa vai ficar braba a partir de sexta-feira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Com a palavra o nobre deputado Alex Lima, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, amigos que nos visitam nas Galerias Paulo Jackson, funcionários desta Casa e telespectadores que nos assistem através da *TV Assembleia*, Sr. Presidente, venho a esta tribuna hoje para que a verdade seja sempre o norte das ações dos pronunciamentos aqui desta Casa. É inegável as dificuldades enfrentadas no País e não seria diferente aqui com o Estado da Bahia.

As notícias que temos conhecimento a cada dia são notícias de estados com dificuldades para pagar o salário dos servidores; estados que, ao longo dos anos, fruto do descontrole administrativo e da falta de planejamento, bem como ao perverso pacto federativo existente no nosso País, hoje estão à beira de uma falência absoluta.

Aqui na região Nordeste a situação ainda é pior, deputado Joseildo, porque, ao longo dos anos, essa região sempre esteve renegada pelas forças que governaram este

País ao longo de 500 anos. Somente a partir de 2003, com a chegada do presidente Lula, essa região passou a ter um olhar diferenciado e passou a comemorar avanços nos últimos anos.

E digo isso, Sr. Presidente, porque vivemos aqui na Bahia um momento de extrema dificuldade. Um momento de arrocho, de queda de arrecadação, mas não estamos numa situação desesperadora, como assistimos em diversos Estados da Federação, porque aqui temos um governo sério, comprometido sobretudo com as contas públicas, o que tem permitido que o governo do Estado enfrente toda essa dificuldade sem maior sobressalto.

Aqui, foi matéria de jornal de grande circulação que um dos estados que mais investem proporcionalmente na Federação é o Estado da Bahia. Entre os estados que possuem a melhor situação fiscal, aí também está o Estado da Bahia.

E assisti aqui, Sr. Presidente, o discurso do deputado Prisco relatando a situação da segurança pública no nosso Estado. É evidente que a segurança pública da Bahia e do Brasil não é aquela desejada por todos nós. Mas não podemos...

O Sr. Adolfo Viana:- Um aparte, deputado?

O Sr. ALEX LIMA:- V. Ex^a está inscrito.

(...) para fazer discursos políticos, tratar, da forma como foi tratada aqui, do maior investimento dos últimos anos na área de Segurança Pública, que é o Centro de Operações e Inteligência de Segurança Pública, da Secretaria de Segurança Pública.

Queria protestar e convidar a Bancada de Oposição para que o deputado Prisco pudesse ter acesso às dependências desse órgão para ver e ter orgulho, porque nós temos o maior e mais moderno Centro de Monitoramento do Norte/Nordeste do País.

O Sr. Adolfo Viana:- Com um aparte, deputado?

O Sr. ALEX LIMA:- Então é preciso responsabilidade ao subir a esta tribuna para não cometermos equívocos, ainda mais um deputado que representa área tão sensível como a segurança pública.

Então o meu tempo, deputado Adolfo Viana, se o presidente conceder, com sua tolerância, algum tempo, concederei com muito prazer o aparte a V.Ex^a, mas quero tratar de outros temas aqui, ao longo desta sessão, para que seja estabelecida a verdade e não fiquemos aqui no debate eleitoral.

Com o aparte o deputado Adolfo Viana.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Alex Lima, V. Ex^a falou muito bem aí dos investimentos no Centro de Inteligência do governo do Estado da Bahia. Queria pedir a V. Ex^a, que sei que goza de um prestígio grande com o atual governo do Estado, que alerte ao governo que este Centro só terá uma boa eficácia se com ele vierem os agentes penitenciários, os policiais civis, os delegados. Nós temos aprovados, já concursados aguardando apenas a nomeação. Como sei que V. Ex^a preza por uma boa segurança pública, use da sua influência, alerte o governo do Estado e peça que a nomeação desses policiais aconteça o mais rápido possível. Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Para concluir, deputado.

O Sr. ALEX LIMA:- Para concluir, Presidente, incorporo o aparte do deputado Adolfo Viana, e trataremos, deputado, no momento oportuno, mas quero parabenizar V. Ex^a pela iniciativa.

O Sr. Soldado Prisco:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, ainda estou na tribuna e o deputado está pedindo questão de ordem. Para concluir, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Vai ter a palavra para o Líder da Minoria. Conclua.

O Sr. ALEX LIMA:- Concluo, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. Soldado Prisco:- Presidente, aceito o desafio do deputado Alex Lima e quero confirmar para todos, aqui, que é para visitar o complexo do prédio aqui do SICON, desde que eu mesmo e toda a Bancada de Situação ou Oposição verifique.

A Sr^a Fátima Nunes:- Questão de ordem, Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Como dei a V. Ex^a uma questão de ordem...

(Vários deputados da Oposição falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar DEM/PPS para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Falará, Sr. Presidente, por 6 minutos o deputado Hildécio Meireles e por 6 minutos o deputado Prisco.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, um pouco mais cedo estive aqui na tribuna e disse que era muito importante, deputado Alex Lima, que nós procurássemos estabelecer nesta Casa a verdade. V.Ex^a com pujança vem aqui a esta tribuna para defender o governo, certamente, cumprindo com o papel de deputado aliado do governo, mas é preciso, de fato, estabelecer a verdade.

V.Ex^a enaltece o governo, porque está pagando o funcionalismo em dia, como se fosse uma desobrigação do governo, como se fosse uma coisa extraordinária, como se não fosse o correto. V.Ex^a esquece que os servidores das terceirizadas chegam a ter 3 meses de atraso, e o governador do Estado tem o despautério de ainda afirmar na imprensa que está pagando em dia as terceirizadas e que elas é que não pagam os seus funcionários. Na verdade, o governador não está com a verdade quando faz uma afirmativa desta. V.Ex^a diz mais ainda, que o governo da Bahia tem as suas finanças saudáveis. Talvez, se nós, membros desta Casa, que temos a obrigação de fiscalizar os atos do Poder Executivo, aliás, se a nossa comissão, a Comissão de Finanças e Orçamento, Fiscalização e Controle desta Casa – da qual V.Ex^a é o presidente – de fato, estivesse desenvolvendo as atividades que tem que desenvolver, talvez essa não

fosse a verdade, deputado. Temos em muitos pontos do orçamento, em muitos pontos das finanças do Estado que investigar determinados gastos, temos que nos aprofundar em determinados gastos que o Poder Executivo apresenta e aos quais não temos o menor acesso.

Temos uma conta de despesa do exercício anterior – tenho dito aqui – que é a verdadeira caixa-preta das finanças do governo do Estado, nós não sabemos no que é gasto esse dinheiro, são quase 5% do total do orçamento que são gastos numa rubrica que nem sequer sabemos do que se trata.

Portanto, é importante que a comissão presidida por V.Ex^a, que comecemos a praticar nesta Casa uma das missões, talvez a mais importante do Parlamento que é fiscalizar os atos do Poder Executivo.

O Sr. Alex Lima:- V. Ex^a me permite um aparte?

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Vou conceder o aparte ao deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima:- Deputado Hildécio Meireles, queria apenas para contribuir com o pronunciamento de V. Ex^a dizer que é evidente que é obrigação de todo e qualquer governo o pagamento dos seus funcionários em dia. O que relacionei foi com a situação de diversos outros Estados, que por conta de más administrações não têm conseguido cumprir com o seu dever de Casa, por essa razão não têm conseguido pagar a folha de pagamento e o Estado da Bahia, mesmo perdendo apenas com o FPE – Fundo de Participação dos Estados – mais de R\$ 600 milhões durante este ano, mostra todo o comprometimento do governo do Estado com a questão salarial.

Com relação à comissão, que com muito prazer e orgulho presido nesta Casa, a Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização e Controle, da qual V.Ex^a, inclusive, é o vice-presidente, quero dizer que essa comissão, por parte desta presidência tem cumprido rigorosamente com o seu papel de fiscalizar e contribuir com o debate das finanças públicas do Estado.

Agora, quero dizer a V.Ex^a que todo parlamentar tem as suas prerrogativas para cumprir com seu papel fiscalizador, com o seu papel de contribuir com a fiscalização do orçamento público do Estado da Bahia. Mas quero dizer a V.Ex^a que temos feito sim, inclusive V.Ex^a tem ajudado muito nas audiências públicas, com sugestões que têm sido aproveitadas pelo nosso secretário Manoel Vitório.

Então, queria deixar registrado e agradecer a oportunidade a V. Ex^a.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Deputado Alex, vou continuar discordando, acho que a Comissão de Finanças e Orçamento desta Casa precisa se aprofundar na avaliação e na análise das contas deste governo, vou continuar insistindo: a nós não nos são disponibilizando os instrumentos para que possamos efetivamente fazer essa fiscalização.

E vou reiterar aqui o pronunciamento do deputado Adolfo Viana, do deputado Soldado Prisco, que a segurança pública na Bahia é um despautério. Os policiais militares e civis estão sendo sacrificados trabalhando sem a menor condição de trabalho, nem sequer armamento têm, nem sequer munição têm para trabalhar, quase nem fardamento. Isso é um absurdo, isso é o governo que vemos na TV, isso não é a

realidade que vemos pela Bahia. Portanto, é preciso se estabelecer aqui a verdade: uma coisa é dizer, outra coisa é fazer. Parece até que foram os governos do PT que descobriram o Brasil, V.Ex^a acabou de dizer, aqui, há pouco, que nesses últimos 7 meses no governo da Bahia houve uma queda brusca do FPE em decorrência de uma crise econômica, que foi produzida pelos governos do PT e inclusive pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Prisco por 6 minutos.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Sr. Presidente, quero agradecer a oportunidade de novo, já que fui citado pelo deputado Alex Lima. Fazer responsabilidade na política é uma coisa que sei muito bem fazer. Já que o deputado Alex Lima falou do sistema Telecom aqui, do investimento que foi feito, e desafiou a gente para ir lá conhecer, convido também não só o deputado Alex, mas também toda a Bancada a conhecer as estruturas da Polícia Militar e da Polícia Civil. Ou em suas próprias cidades conhecerem os destacamentos e os alojamentos onde eles vivem, para ver as condições de sucateamento em que se encontram. Para ver que uma viatura da Polícia Militar hoje, para trabalhar, tem direito por dia a R\$ 30,00. de combustível. Estão colocando gasolina em brasa. Já viu isso, deputado Robinho? Gasolina em brasa! É o que o governo está usando. Gasolina em brasa para os policiais trabalharem. Não há coletes, não há armamentos, as condições de trabalho são péssimas.

Uma tragédia na Bahia poderia ter acontecido quando o Centro de Convenções desabou. Um secretário de governo de V. Ex^a foi para a televisão dizer que não tinha ninguém lá, que não havia trabalhadores. Mas lá tinha uma unidade da Polícia Militar funcionando, o Batalhão de Turismo, que esse mesmo governo colocou lá. Poderia ter acontecido uma tragédia e ter morrido mais de 20 policiais militares. E ele negou isso.

O Sr. Alex Lima:- V. Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SOLDADO PRISCO:- As unidades da Bahia estão todas elas sucateadas, acabadas. Eu teria o maior prazer em conhecer o prédio, até já conheço, já fui lá. Mas eu queria que ele “descesse do salto” e fosse ver as condições em que estão hoje as unidades da Polícia Militar, em que estão as viaturas da Polícia Militar, que são abastecidas com gasolina em brasa, não tem gasolina e não tem armamentos, a munição está sendo cotizada pelos policiais, os coletes não existem para os policiais trabalharem.

Em pleno século XXI, nos jogos das Olimpíadas realizadas neste Estado, o governo do estado colocou os policiais militares nas ruas sem coletes e sem armamento. Eram 350 policia, e eles não tinham armamentos.

Como bem colocou o deputado Hildécio Meireles aqui, pagar o salário em dia é obrigação do governo do Estado. É obrigação do Estado pagar em dia os servidores. Quero lembrar que este governo herdou um governo do seu próprio partido. Quando assumiram o governo, o secretário veio aqui e disse que as contas do Estado estavam às mil maravilhas. Então não têm do que reclamar agora.

A fonte é do próprio Tribunal de Contas do Estado de que o governo gastou 268 milhões a mais em propaganda do que em Segurança Pública. Ele deu prioridade à propaganda do que na Segurança Pública. Não tem tratado a Secretaria de Segurança Pública nem o servidor que nela presta serviços. Essa é uma realidade que a Bahia tem que conhecer. Não estamos fazendo críticas como palanque eleitoral, não, basta sair às ruas e ver as condições de insegurança que os baianos estão passando, ver o que está acontecendo nas cidades. Basta observar isso, deputado.

Concedo um aparte ao deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima:- Deputado Prisco, eu quero contribuir com o pronunciamento de V.Ex^a dizendo que, assim como eu, V. Ex^a é um deputado de primeiro mandato. Mas V.Ex^a já faz parte da Polícia Militar do Estado da Bahia há muito tempo e pode dizer com propriedade como era a Segurança Pública em nosso Estado nos governos anteriores. Como foi deixada a Segurança Pública depois de anos e anos de abandono de sucateamento. Se não temos ainda, como eu disse em meu pronunciamento, uma segurança pública da maneira como nós sonhamos, deputado Prisco, tenha certeza de que é fruto dos mais de 2 milhões de baianos analfabetos que foram herdados pelo governador Jaques Wagner em 2007. É fruto da imensa desigualdade social que sempre esteve presente na história deste Estado. É fruto da falta de políticas públicas inclusivas que não deram oportunidade a uma geração de jovens baianos para que pudessem ingressar no mercado de trabalho.

Então o que estamos vivendo hoje, deputado Prisco, é fruto do abandono e do desprezo que a classe política que governou este Estado por mais de 50 anos deixou para nós.

Agradeço o aparte a V.Ex^a.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Obrigado, Ex^a. Só que esse mesmo tempo que V.Ex^a citou eu também fui oposição a ele, e hoje estou sendo oposição a um governo que disse que viria para mudar. São 10 anos de governo só na promessa e na propaganda. Os mesmos erros do governo passado este governo vem cometendo, e muito piores ainda. São 14 anos de governo federal, 10 anos de governo estadual, e nenhum investimento!

Vi o deputado Rosemberg aqui cobrar do comandante-geral da PM que a Polícia Militar foi para a Petrobras, que tinha lá um batalhão. Mas não vi nenhum deputado do Governo cobrar do mesmo comandante quando ela veio aqui reprimir os policias que estavam na Assembleia, quando veio reprimir os policiais que estavam aqui, na luta. Apenas o deputado Rosemberg, na época, ajudou o movimento, mas nenhum outro deputado do Governo se manifestou nesse sentido.

Temos decisões judiciais favoráveis à Polícia Militar que o Estado não cumpre. Fica, aqui, o meu exemplo. Esse governo que prega a moralidade ética! Já ganhei no Tribunal de Justiça da Bahia, no STJ, no STF para ser reintegrado à corporação e esse governo não cumpre, zomba do Poder Judiciário, menospreza o Poder Judiciário baiano. Gostaria muito de que a presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, no momento, tomasse uma providência em relação a esse governo que está, simplesmente, zombando e desprezando o Poder Judiciário baiano.

Esse é o governo que não cumpre nada, vive só na promessa e na propaganda, e a realidade o povo da Bahia está passando na rua, porque não consegue nem sair de suas casas com medo, sem segurança pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PP para falar ou indicar orador, pelo tempo de 13 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, falará, por 3 minutos, a deputada Fabíola Mansur; e pelo restante do tempo, 10 minutos, o deputado Joseildo Ramos

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra, minha querida amiga, deputada Fabíola Mansur, pelo tempo de 3 minutos.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Nobre presidente, só para fazer o relato de que já ultrapassamos 60 bolsas de sangue, um recorde absoluto em coleta de sangue que esta Assembleia, os servidores, os colaboradores, assessores de gabinete realizaram. Certamente, a saúde agradece esse gesto de amor. Amanhã tem mais.

A minha segunda fala é para agradecer ao nosso Líder da Bancada, Zé Neto, e ao Líder da Oposição, Sandro Régis, pela tramitação do projeto de lei que institui o dia 4 de abril como o Dia da Procuradoria Geral do Estado.

Temos que reconhecer, deputado Zé Raimundo, o mérito da advocacia pública no que diz respeito à assessoria, à consultoria, à defesa do Estado e da coletividade.

Quero saudar a Associação de Procuradores do Estado da Bahia, e quero agradecer ao deputado Pablo Barroso por ter, junto conosco, trabalhado junto às nossas lideranças, as nossas bancadas para que, no momento em que se comemora – tivemos várias atividades da Procuradoria nesta semana –, possamos entregar um dia que reconhece esse mérito da advocacia pública praticada pela Procuradoria estadual.

Da mesma maneira que o Hemoba Móvel agradecemos ao secretário Fábio Vilas-Boas, à diretoria do Hemoba, ao governador Rui Costa por disponibilizarem essa unidade móvel para a coleta de sangue.

Quero, por último, aproveitar e dizer quão acertado foi que tivéssemos a presença do vereador Gilmar Santiago, que está aqui ainda – meu nobre amigo, companheiro, foi meu líder na Câmara Municipal de Salvador. Tenho muita honra em tê-lo aqui, ele que sempre defendeu a água como investimento público, ele que é desse setor e que tanto milita no Sindae –, quando estamos debatendo, deputado Joseildo, um pouco melhor sobre quais os rumos que podemos dar, reconhecendo que mais da metade da Bahia está no semiárido, que mais da metade dos baianos é população carente, e a importância que tem o abastecimento de água e o esgotamento sanitário para a vida das pessoas.

A água é vida e é também saúde. Eu, como médica, não poderia, com toda a responsabilidade de uma deputada da Base do Governo, deixar de querer que discutamos melhor esse projeto nº 22.011. Por isso, a retirada de pauta contempla os servidores.

Quero agradecer ao deputado Joseildo que me permitiu nesses 3 minutos do seu tempo fazer essas falas.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, aqueles que nos assistem pela *TV Assembleia*, subo a esta tribuna para tratar de uma provocação feita pelo nosso companheiro Zé Raimundo, que foi de uma felicidade invulgar no momento em que falava, deputado Hildécio Meireles, da delação de Eduardo Cunha, do PMDB. E ele, diferentemente do tsunami que será a delação de Marcelo Odebrecht, mira com uma mira telescópica para o presidente da República, Michel Temer.

Observem que ele manda o recado nada sutil – a sutileza chega a ser cavalgar, é igual a um elefante andando entre cristais – quando faz perguntas certeiras. Na primeira delas, ele procura saber qual a relação que Michel Temer tem com Jorge Zelada, ex-diretor da Área Internacional da Petrobras; ele pergunta qual a relação que o presidente Michel Temer tem e guarda com José Augusto Henriques, lobista conhecido do setor petróleo em toda a América Latina; ambos do PMDB, indicados pelo PMDB, que estão presos em Curitiba.

Mas não para por aí, ele também quer saber do presidente Michel Temer como é a sua relação com o empresário José Yunes, considerado o maior amigo do presidente e também parceiro do presidente em vários empreendimentos imobiliários.

Ora, essas 3 perguntas contêm um recado do tipo: estou morrendo, mas preciso abraçar alguém para morrer comigo. Está no DNA dele, deputada Fátima Nunes, está no DNA do escorpião. Essas 3 perguntas, elas vão trabalhar, de maneira muito cruel, essas relações, esses pecados capitais que foram consumados pelo presidente da República num passado muito recente.

Mas eu estou aqui também para tratar das questões que envolvem o “austericídio”, que é o remédio da austeridade fiscal, da visão restritiva do Estado do ponto de vista macroeconômico, do ponto de vista do ajuste fiscal, do ponto de vista das escolhas, daquilo que, durante 13 anos, sob os governos do PT, foi o Estado, na direção do bem-estar social consubstanciado na Constituição de 1988.

Eu estou falando do golpe no golpe, que é a PEC 55 que está, por esses dias, sendo votada no Parlamento Nacional, mais precisamente no Senado, e que vai significar a substituição de um projeto de governo, é algo muito mais profundo do que se possa imaginar, por um governo que não foi eleito, um governo ilegítimo, um governo cujo presidente foi comparado a uma pinguela. Quando o ex-presidente Fernando Henrique se referiu que o Brasil precisava de uma ponte para atravessar um rio, um rio turbulento, ele disse: “Nós precisávamos de uma ponte, se não temos uma ponte...” Ou seja, o presidente é frágil. O PSDB acha, através do seu maior ícone, que o presidente da República é frágil, e considera que o presidente atual, ilegítimo

golpista, deste País é apenas e tão somente uma pinguela, mas que é preciso atravessar o rio.

Com essa fala fica clara a divergência de fundo entre os partidos que consolidaram essa aliança fatídica para inaugurar o projeto neoliberal que vai trazer tanta infelicidade, tanta injustiça social para os brasileiros. E aí vem a PEC 55! Ela tem algumas justificativas que chegam a ser inocentes. A primeira delas diz que as despesas, o gasto primário do Governo, estão sem controle, estão desembestadas. Não resiste a uma primeira análise porque, desde 99, no governo Fernando Henrique Cardoso, até hoje, existe uma curva, uma verdadeira estabilidade no gasto público. Muito distante de ser este o motivo principal do garrote macroeconômico, o motivo principal não é citado. É que, depois de 2012, mais precisamente a partir do final de 2009, quando as medidas anticíclicas foram colocadas em prática pela ex-presidente Dilma, a receita começou a decrescer de maneira abrupta, comprometendo o equilíbrio fiscal do país.

Outra coisa que está distante da justificativa da PEC: de cada R\$ 100 arrecadados neste país, R\$ 45 reais são destacados para pagar os encargos dos serviços da dívida pública e também sua amortização. E quem é dono da dívida pública?

O Sr. Hildécio Meireles:- V. Ex^a me permite um aparte?

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Foi a iniciativa privada, que compra títulos do Tesouro, que se beneficiou das medidas anticíclicas tomadas por Dilma Rousseff para manter o pleno emprego neste país em 2012. Com R\$ 500 bilhões, a turma da FIESP, que tem o DNA do escorpião, feriu de morte o nosso governo, dando o golpe jurídico e parlamentar, sem nenhuma desfaçatez.

E as razões efetivas, os juros, a perda de receitas, o decréscimo de investimentos não foram arrolados nas justificativas reais de uma PEC que traz um projeto neoliberal para ir para cima da política de valorização do salário-mínimo. Vai pra cima da reforma previdenciária, vai pra cima da reforma trabalhista, vai pra cima da reforma tributária, de maneira a retirar direitos, conquistas consagradas na Constituição Cidadã de 88.

E eu não ouço nenhuma preocupação dos membros da Oposição, nesta Casa, vinculadas à manutenção de empregos, porque, se a gente for comparar os indicadores macroeconômicos deste país de crise hoje... quando, vis-à-vis, é comparado com aquilo que foi o governo de Fernando Henrique Cardoso, os pilares macroeconômicos da economia ainda subsistem em situações muito mais favoráveis do que aquela do ocaso do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Alguns deputados vivem a repetir as falácias da grande imprensa como mantra, sem se apegar ao aprofundamento necessário que deve haver, ao mínimo, ao pouco de criticidade para vir aqui, na tribuna, para trabalhar com um nível de profundidade necessário. Essas são questões muito mais importantes do que simplesmente repetir o que a *Rede Globo* fala, o que a grande imprensa fala.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

Antes, gostaria de prorrogar a sessão pelo prazo de, no mínimo, duas horas. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

O primeiro projeto é o Projeto de Lei nº 22.011/2016, que altera a Lei nº 13.467, de 23 de dezembro de 2015, a Lei nº 12.610, de 27 de dezembro de 2012, e a Lei nº 11.477, de 01 de julho de 2009, e dá outras providências.

Como o deputado Luciano Ribeiro pediu vista, e tendo em vista que houve um acordo, designo o deputado Aderbal caldas para novamente relatar a matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Aderbal Fulco Caldas para relatar a matéria.

O Sr. ADERBAL FULCO CALDAS:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, (Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 22.011/2016, de autoria do Poder Executivo, o qual 'Altera a Lei nº 13.467, de 23 de dezembro de 2015, a Lei nº 12.610, de 27 de dezembro de 2012, e a Lei nº 11.477, de 01 de julho de 2009, e dá outras providências.’”*

A proposição que ora passo a relatar, de autoria do Poder Executivo, propondo alterações nas diversas leis que versam sobre a estrutura e o funcionamento da BAHIAINVESTES - Empresa Baiana de Ativos S.A., adequando-a 'às disposições da legislação federal sobre o tema, de modo a garantir a atuação da referida empresa em consonância com os princípios que balizam a Administração Pública', segundo registra o Sr. Governador na mensagem encaminhada à Assembleia Legislativa.

Entre outras modificações, referentes às atribuições e estruturação da BAHIAINVESTES, cuida o projeto de alterar a composição do Conselho de Administração da empresa, ampliando de 5 para 7 o quantitativo de membros, os quais passam, doravante, a ser eleitos pela Assembleia Geral, o mesmo ocorrendo no âmbito do Conselho Fiscal, enquanto os membros da Diretoria Executiva serão eleitos pelo Conselho de Administração - registre-se que todas essas funções eram anteriormente preenchidas por indicação do Chefe do Poder Executivo.

Trata-se, enfim, de proposta destinada a dotar a BAHIAINVESTES de melhores condições para uma atuação mais efetiva em relação às suas atribuições e melhor ajustada aos princípios da Administração Pública.

O projeto não recebeu emendas. No entanto, considerando o entendimento entre as Lideranças desta Casa para acolhimento da proposta de emenda do Deputado Luciano Ribeiro em seu pedido de vistas, apresento, na condição de Relator, a seguinte emenda:

Emenda de Relator:

Emenda de Relator: Altere-se a redação do art. 5º do Projeto de Lei nº 22.011/2016, que passa a ter a seguinte redação:

'Art. 5º - Fica o Estado da Bahia autorizado a integralizar o capital da BAHIAINVESTE com os ativos indicados no Anexo Único.'

Justificativa: A emenda proposta tem por objetivo modificar a redação do art. 5º do Projeto de Lei nº 22.011/2016, visando excluir a previsão da integralização das ações da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - EMBASA.

Ante o exposto, e considerando que a proposição se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, opino pela sua aprovação com a modificação introduzida pela Emenda de Relator.

É o parecer, s.m.j."

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do relator, deputado Aderbal Caldas, no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado o parecer, com a emenda do deputado Luciano Ribeiro. Parabéns, deputado!

Em votação, no Plenário, o Projeto de Lei nº 20.011/16, de autoria do Poder Executivo. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado por unanimidade.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 22.011/2016

Altera a Lei nº 13.467, de 23 de dezembro de 2015, a Lei nº 12.610, de 27 de dezembro de 2012, e a Lei nº 11.477, de 01 de julho de 2009, e dá outras providências.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DECRETA:**

Art. 1º - A ementa da Lei nº 13.467, de 23 de dezembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Autoriza o Poder Executivo a instituir a BAHIAINVESTE - Empresa Baiana de Ativos S.A., e dá outras providências." (NR)

Art. 2º - Os arts. 1º, 2º, 4º, 10, 13, 14, 16 e 19, todos da Lei nº 13.467, de 23 de dezembro de 2015, passam a vigorar com as seguintes alterações e inclusões:

"Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir sociedade de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, denominada BAHIAINVESTE - Empresa Baiana de Ativos S.A., com patrimônio e receitas próprios, com autonomias gerencial, patrimonial, orçamentária e financeira, ficando sujeita ao regime

jurídico próprio das Sociedades Anônimas, observadas as regras desta Lei.

....."(NR)

"Art. 2º -

.....

Parágrafo único - A BAHIAINVESTE, para consecução de suas finalidades, observará a sua função social, na forma prevista no art. 27 da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016." (NR)

"Art. 4º -

.....

IX - criar fundos garantidores de obrigações financeiras em projetos de infraestrutura, em montantes e condições prefixadas." (NR)

"Art. 10 - A BAHIAINVESTE contará com a seguinte estrutura mínima:

I - Conselho de Administração, composto por 07 (sete) membros;

.....

§ 1º - Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral e os membros da Diretoria Executiva serão eleitos pelo Conselho de Administração, na forma da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

.....

§ 4º - O Conselho de Administração se reunirá, em caráter ordinário, pelo menos uma vez por trimestre e, em caráter extraordinário, sempre que necessário aos interesses da BAHIAINVESTE.

§ 5º - O Conselho Fiscal se reunirá pelo menos uma vez por trimestre, em sessões ordinárias, para exame das contas, balancetes e demonstrativos, e extraordinariamente, quando convocado pelo Diretor-Presidente ou a requerimento da maioria dos seus membros.

§ 6º - Os membros da Diretoria Executiva serão escolhidos entre profissionais de nível superior, residentes no país e com prévia experiência nas atividades que serão desenvolvidas.

§ 7º - O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva será unificado e não superior a 02 (dois) anos, sendo permitidas reconduções, nos termos da lei.

§ 8º - O prazo de gestão dos membros do Conselho Fiscal não será superior a 02 (dois) anos, sendo permitidas reconduções, nos termos

da lei." (NR)

"Art. 13 - Para aquisição de bens e serviços, a BAHIAINVESTE se submeterá às disposições legais vigentes, observados os princípios que regem a Administração Pública.

....."(NR)

"Art. 14 - O Estatuto da BAHIAINVESTE somente poderá ser alterado pela sua Assembleia Geral, ouvido o Conselho de Administração." (NR)

"Art. 16 - As demonstrações contábeis e financeiras da BAHIAINVESTE deverão ser submetidas à auditoria independente legalmente habilitada, na forma do art. 7º da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016." (NR)

"Art. 19 - A BAHIAINVESTE elaborará e dará publicidade à política de divulgação das suas informações, política de distribuição de dividendos, política de administração de riscos e política de transações com partes interessadas e adotará as melhores práticas de governança corporativa aplicáveis às empresas estatais, na forma da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016." (NR)

Art. 3º - A Lei nº 11.477, de 01 de julho de 2009, passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

"Art. 2º-B - Para fins de adimplemento das obrigações contraídas em contratos de parceria público-privada, poderá o Estado da Bahia autorizar o agente financeiro a transferir os recursos diretamente à conta do concessionário ou de seus financiadores, conforme disposto nos contratos de parceria público-privada." (NR)

Art. 4º - Fica autorizada a constituição de patrimônio de afetação pela BAHIAINVESTE - Empresa Baiana de Ativos S.A., autorizada na forma da Lei nº 13.467, de 23 de dezembro de 2015, que terá por finalidade prestar garantia de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelos parceiros públicos estaduais, em virtude das parcerias de que trata a Lei nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004.

Parágrafo único - A constituição do patrimônio de afetação será feita por registro em Cartório de Registro de Títulos e Documentos ou, no caso de bem imóvel, no Cartório de Registro Imobiliário correspondente.

Art. 5º - Os arts. 1º-A e 2º da Lei nº 12.610, de 27 de dezembro de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º-A -.....

.....

§ 4º - O saldo mínimo poderá ser reduzido, inclusive mediante

resgate de cotas, sem necessidade de sua recomposição, na hipótese de constituição de patrimônio de afetação ou de fundo com cotas em valor equivalente ao montante reduzido, de titularidade da BAHIAINVESTE - Empresa Baiana de Ativos S.A., autorizada na forma da Lei nº 13.467, de 23 de dezembro de 2015, desde que tenham por finalidade prestar garantia de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelos parceiros públicos estaduais, em virtude das parcerias de que trata a Lei nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004, observadas, de qualquer modo, as disposições contidas nos contratos de parcerias público-privadas já firmados e cujas garantias tenham sido conferidas pelo FGBP." (NR)

“Art. 2º -

§ 3º - Caberá à BAHIAINVESTE, pessoa jurídica de direito privado, constituída como sociedade anônima, conforme autorização da Lei nº 13.467, de 23 de dezembro de 2015, assessorar tecnicamente o agente administrador do FGBP, competindo-lhe as seguintes atividades:

I - analisar a viabilidade das garantias, incluindo-se a modalidade adequada a cada projeto de parceria público-privada;

II - propor, à Assembleia de Cotistas, a modalidade mais adequada de outorga de garantia para o projeto de parceria público-privada;

III - estimar o valor presente das garantias a serem outorgadas pelo FGBP, considerando parâmetros e metodologias compatíveis com as utilizadas pelo mercado;

IV - desempenhar outras atividades técnicas relacionadas às finalidades do FGBP ou delas decorrentes, tais como o desenvolvimento ou a contratação de estudos técnicos, planejamentos, pareceres, perícias, avaliações, assessorias ou consultorias técnicas.

§ 4º - Pelo desempenho das atribuições indicadas no §3º deste artigo, a BAHIAINVESTE fará *jus* à remuneração mensal equivalente a um percentual ao ano, a ser aprovado em Assembleia de Cotistas, incidente sobre o rendimento das aplicações financeiras do patrimônio líquido do FGBP, calculada e provisionada diariamente." (NR)

Art. 6º - Fica o Estado da Bahia autorizado a integralizar o capital da BAHIAINVESTE com os ativos indicados no Anexo Único.

Art. 7º - Fica revogado o art. 2º-A da Lei nº 11.477, de 01 de julho de 2009.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 29 de novembro de 2016.

Aderbal Fulco Caldas

Relator

ANEXO ÚNICO

DOCUMENTAÇÃO	IMÓVEL	ENDEREÇO	Nº	BAIRRO	MUNICÍPIO
Escritura de reversão, 6º Tabelionato, N° de Ordem 636619, Livro nº 1398, Folha N° 106, Traslado N° 1	FUNDAÇÃO BAHIANA DE CARDIOLOGIA	AVENIDA LUÍS VIANA FILHO	S/N	PARALELA	SALVADOR
Escrituras registradas (Matrícula N° 14.066/ Matrícula N° 15.779)	DESENBAHIA	AVENIDA TANCREDO NEVES, EDF. SEDE DESENBAHIA	776	CAMINHO DAS ÁRVORES	SALVADOR
Certidão do Cartório do 3º Ofício de registro de imóveis - Livro 3-M, sob o N° 20.955, fls. 256	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN	AV. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	7744	SARAMANDAIA	SALVADOR
Certidão do Cartório do 3º Ofício de registro de imóveis - Livro 3-M, sob o N° 20.955, fls. 256	TERMINAL RODOVIÁRIO DE SALVADOR	AV. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	S/N	SARAMANDAIA	SALVADOR

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu gostaria muito de parabenizar esta Casa por ter feito esse acordo. Cada vez que se faz um acordo, que se modifica, que se faz as adaptações, em consenso, é sempre positivo para o Parlamento baiano.

Parabenizo todos os deputados, em especial o deputado Luciano Ribeiro, que fez essa emenda que foi acatada pelos deputados que formam a base do governo, e o Líder do Governo, deputado Zé Neto, que teve muita habilidade para contornar um assunto tão importante, principalmente para mim, que entrei na Embasa como estagiário e saí como presidente.

Fico muito feliz em ver esta Casa aprovando um projeto por unanimidade. Afinal de contas, esta é Casa da proporcionalidade, é a Casa das Leis.

O próximo é o Projeto de Lei nº 22.042/2016, de autoria do Poder Executivo, que institui a Bolsa de Estímulo à Permanência em Atividade de Classe para os servidores públicos estaduais efetivos pertencentes à carreira de Professor do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio.

Designo para relatar a matéria o deputado Zé Raimundo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- (Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 22.042/2016, de autoria do Poder Executivo, o qual Institui a Bolsa de Estímulo à Permanência em Atividade de Classe para os servidores públicos estaduais efetivos pertencentes à carreira de Professor do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio”.*

Encaminha, à apreciação desta Casa, o Exmº Sr. Governador, o projeto que ora me cabe analisar, propondo a criação da Bolsa de Estímulo à Permanência em Atividade de Classe para os professores do quadro do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio.

A proposição estabelece as regras para a percepção da Bolsa ora instituída, inclusive relativamente à carga horária desenvolvida e ao desempenho do servidor no cumprimento de suas atribuições, constituindo-se em medida de estímulo de grande importância para os professores desses níveis de ensino.

O projeto não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo, registrando ainda que sua apreciação nesta Sessão decorre de Acordo firmado entre as Lideranças da Maioria e da Minoria para dispensa das formalidades regimentais.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 29 de novembro de 2016.”

Sr. Presidente, gostaria também de dizer da importância da atitude dos Líderes Sandro Régis e Zé Neto, que viabilizaram a dispensa de formalidades. Portanto, é mais uma medida que fortalece o magistério público estadual no sentido da permanência daqueles profissionais que com grande experiência podem continuar servindo à causa da educação.

Esse é o nosso parecer. Essa é a nossa apreciação.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do nobre deputado Zé Raimundo no âmbito das comissões pertinentes. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

No Plenário. Em votação o Projeto de Lei nº 22.042/2016, que institui a Bolsa de Estímulo à Permanência em Atividade de Classe para os servidores públicos estaduais efetivos pertencentes à carreira de Professor do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação no plenário. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado à unanimidade. O projeto irá para a sanção de S.Ex^a, o governador Rui Costa.

PROJETO DE LEI Nº 22.042/2016

Institui a Bolsa de Estímulo à Permanência em Atividade de Classe para os servidores públicos estaduais efetivos pertencentes à carreira de Professor do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída a Bolsa de Estímulo à Permanência em Atividade de Classe para os servidores públicos estaduais efetivos pertencentes à carreira do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio, no cargo de Professor, que, tendo completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no art. 40 da Constituição Federal de 1988, nas Emendas Constitucionais Federais nºs 20, de 15 de dezembro de 1998, 41, de 19 de dezembro de 2003, e 47, de 05 de julho de 2005, e no art. 19 e § 2º do art. 31, ambos da Lei nº 11.357, de 06 de janeiro de 2009, optem por permanecer em efetiva regência de classe, desde que atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

I - o servidor a ser beneficiado esteja lotado em unidade escolar e em efetiva regência de classe;

II - o Secretário da Educação considere conveniente e oportuna a permanência do servidor em efetiva regência de classe, em razão da carência de pessoal na Rede Estadual de Ensino, nas áreas de conhecimento explicitamente indicadas.

Art. 2º - Somente poderão ser contemplados com a Bolsa de Estímulo à Permanência em Atividade de Classe os servidores que obtiverem desempenho individual satisfatório, bem como que não possuam em seu registro funcional mais de 06 (seis) faltas injustificadas no ano letivo imediatamente anterior ao do início da

percepção da vantagem.

§ 1º - O desempenho individual de que trata o *caput* deste artigo será aferido pelo chefe imediato do servidor interessado em perceber a Bolsa de Estímulo à Permanência em Atividade de Classe e comprovado mediante certidão específica.

§ 2º - O servidor que exercer as suas atividades em mais de uma unidade escolar da Rede Estadual de Ensino deverá ser avaliado em ambas as unidades.

§ 3º - A carga horária do servidor beneficiado com a Bolsa de Estímulo à Permanência em Atividade de Classe deverá ser distribuída conforme estabelecido no Anexo VII da Lei nº 8.261, de 29 de maio de 2002.

Art. 3º - A Bolsa de Estímulo à Permanência em Atividade de Classe será paga mensalmente nos valores constantes no Anexo Único desta Lei, observado o regime de trabalho a que está submetido o servidor.

§ 1º - A Bolsa de que trata esta Lei terá duração do ano letivo de referência e será deferida por um período máximo de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogada por 01 (uma) única vez, por igual período, desde que mantidas as condições previstas no art. 1º desta Lei.

§ 2º - A Bolsa de que trata esta Lei tem natureza precária e transitória, podendo ser revogada 01 (um) ano após sua concessão ou prorrogação, e não será incorporada aos vencimentos ou aos proventos da inatividade, bem como não servirá de base de cálculo para contribuição previdenciária ou quaisquer outras vantagens, inclusive para fins de cálculo dos proventos da aposentadoria e das pensões.

§ 3º - A Bolsa de que trata esta Lei será devida durante o ano letivo, suspendendo-se o seu pagamento nos afastamentos previstos no art. 118 da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994, a exceção das hipóteses previstas nos incisos III e VI do referido dispositivo legal.

§ 4º - Na hipótese de acumulação legal de 02 (dois) cargos de Professor da carreira do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio, a concessão da bolsa será analisada em cada um dos vínculos isoladamente.

Art. 4º - A Secretaria da Educação - SEC divulgará anualmente o número de Bolsas de Estímulo à Permanência em Atividade de Classe a serem destinadas aos servidores ocupantes de cargos de Professor da carreira do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio, indicando as disciplinas e unidades escolares a que se destinam.

§ 1º - Após a divulgação do quantitativo de que trata o *caput* deste artigo, os servidores que preencham as condições previstas no art. 1º desta Lei deverão formalizar requerimento de concessão da Bolsa de Estímulo à Permanência em Atividade de Classe na Unidade de Recursos Humanos da SEC, instruídos com a certidão de desempenho individual obtida no ano letivo imediatamente anterior ao do início da concessão da vantagem, conforme disposto no § 1º do art. 2º desta Lei.

§ 2º - A Unidade de Recursos Humanos da SEC apreciará os pedidos formulados pelos servidores, verificando o cumprimento das condições necessárias à percepção da Bolsa de Estímulo à Permanência em Atividade de Classe.

§ 3º - Caso o número de bolsas seja inferior ao número de servidores habilitados a percebê-la, a SEC selecionará os professores que receberão a vantagem por meio de lista classificatória obtida em razão dos seguintes fatores:

I - maior Padrão no cargo de Professor da carreira do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio;

II - maior tempo de experiência na disciplina que se destina a Bolsa;

III - maior tempo de exercício na unidade escolar que se destina a Bolsa;

IV - maior idade.

Art. 5º - O ato concessório da Bolsa de Estímulo à Permanência em Atividade de Classe será publicado no Diário Oficial do Estado pelo Secretário da Educação.

Art. 6º - O Poder Executivo editará ato normativo necessário ao cumprimento desta Lei.

Art. 7º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de recursos orçamentários próprios, ficando o Poder Executivo autorizado a promover as alterações que se fizerem necessárias.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

ANEXO ÚNICO

Bolsa de Estímulo à Permanência em Atividade de Classe	
Regime de Trabalho	Valor
20 horas	R\$800,00
40 horas	R\$1.600,00

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Próximo projeto, de autoria da deputada Fabíola Mansur – está aprovando muitos projetos. Parabéns, isso é bom. Projeto que institui o dia 4 de abril como o Dia do Procurador do Estado da Bahia. Há dispensa de formalidades assinada pelo Líder do Governo e pelo Líder da Minoria.

Designo para relatar a matéria, no âmbito das comissões, o deputado Pablo Barrozo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo para relatar a matéria o deputado Pablo Barrozo.

O Sr. PABLO BARROZO:- “O projeto de lei nº 21.651/2015 institui o dia 04 de abril como o Dia do Procurador do Estado na Bahia e dá outras providências. A Assembleia Legislativa do Estado da Bahia decreta:

Art. 1º - Fica instituído o Dia do Procurador do Estado da Bahia, destinado a reconhecer o mérito da Advocacia Pública no fortalecimento da assessoria, consultoria e defesa do Estado e dos interesses da coletividade.

Art. 2º - O Dia do Procurador do Estado será comemorado, anualmente, no dia 04 (quatro) de abril.

Art. 3º - O Procurador Geral do Estado baixará resolução para disciplinar a presente Lei, objetivando a valorização das atividades inerentes a advocacia pública.

Art. 4º - Fica reconhecida “APEB - Associação dos Procuradores do Estado da Bahia”, entidade associativa sem finalidade lucrativa, como entidade de representação de classe.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do nobre deputado Pablo Barrozo, no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

No plenário. Em votação o projeto da deputada Fabíola Mansur, que institui o dia 04 de abril como o Dia do Procurador do Estado na Bahia e dá outras providências. Projeto de lei que leva o número 21.651/2015. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado à unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 21.651/2015

Institui o dia 04 (quatro) de abril como o Dia do Procurador do Estado da Bahia e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o DIA DO PROCURADOR DO ESTADO DA BAHIA, destinado a reconhecer o mérito da Advocacia Pública no fortalecimento da assessoria, consultoria e defesa do Estado e dos interesses da coletividade.

Art. 2º - O dia do procurador do estado será comemorado, anualmente, no dia 04 (quatro) de abril.

Art. 3º - O Procurador-Geral do Estado baixará resolução para disciplinar a presente Lei, objetivando a valorização das atividades inerentes a advocacia pública.

Art. 4º - Fica reconhecida “APEB - Associação dos Procuradores do Estado da

Bahia", entidade associativa sem finalidade lucrativa, como entidade de representação de classe.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 07 de dezembro de 2015.

Deputada Fabíola Mansur

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, já tinha entrado em consenso com o deputado Zé Neto sobre esse projeto. Só que está faltando, no texto, o número de um decreto que vai mudar o inciso do projeto. Pode até se votar, mas gostaria da palavra de V.Ex^a que só pode promulgar esse projeto se for consoante ao que estamos imaginando que seja.

O projeto veio e, agora, descobriu-se que o texto que modificaria o projeto, atendendo à necessidade da Casa, não é esse texto que aí está. Tem que ter o número que modifica o inciso. Então, quero o compromisso de V.Ex^a. Podemos até votar, mas que V.Ex^a só mande para o governador se estiver de acordo com todos os Líderes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Garanto a V.Ex^a que só enviarei para o governador sancionar depois que V. Ex^a olhar o projeto a ser enviado, porque o deputado Rosemberg Pinto está concordando. Aqui tudo é possível por acordo. O deputado Zé Neto também está concordando.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, o deputado Rosemberg Pinto até falou comigo aqui, gostaria de saber do deputado Zé Neto se não seria mais confortável para a Casa, para não abrimos essa exceção, votarmos esse projeto na próxima terça-feira com tudo direitinho? Para nos preservar, acho que seria mais prudente para todos nós.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Defiro a questão de ordem de V.Ex^a. Os deputados Zé Neto e Rosemberg Pinto concordam. Fica para a próxima terça-feira.

(Alguns deputados se manifestam fora dos microfones.)

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, Zé Neto sentou comigo, a Oposição hoje fez todos os gestos com Zé Neto, e ele em nenhum momento tocou no assunto da urgência conosco.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Então, retiro. Fica para a próxima terça-feira. Deputados, antes de encerrar a sessão, vou convocar uma sessão extraordinária para votar o projeto de lei da deputada Fabíola Mansur, que tem dois turnos.

Declaro encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.